

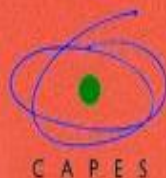
Dissertação de Mestrado

O presente trabalho visa os estudos sobre sucessão e juventude na agricultura familiar, atentos às questões de gênero, sinalizam a crescente saída das jovens do meio rural.

Orientadora: Profa. Giovana Ilka Jacinto Salvaro

PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS E
A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA
ANÁLISE DE GÊNERO

FERNANDA ZANETTE DE OLIVEIRA



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - PPGDS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

FERNANDA ZANETTE DE OLIVEIRA

**PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS UNIVERSITÁRIAS E
A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA
ANÁLISE DE GÊNERO**

**CRICIÚMA/SC
2016**

FERNANDA ZANETTE DE OLIVEIRA

**PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS UNIVERSITÁRIAS E
A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA
ANÁLISE DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Profa. Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Coorientadora: Profa. Giani Rabelo

**CRICIÚMA/SC
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

O48p Oliveira, Fernanda Zanette de.

Projetos profissionais de jovens universitárias e a reprodução da agricultura familiar : uma análise de gênero / Fernanda Zanette de Oliveira ; orientadora : Giovana Ilka Jacinto Salvaro ; Coorientador: Giani Rabelo. – Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2016.

122 p. : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2016.

1. Juventude rural – Condições sociais. 2 Mulheres na agricultura. 3. Agricultura familiar. 4. Estudantes universitárias. I. Título.

CDD 22. ed. 338.1

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC


FERNANDA ZANETTE DE OLIVEIRA


**PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS UNIVERSITÁRIAS E
A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA
ANÁLISE DE GÊNERO**

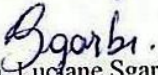
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

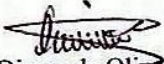
Criciúma, 22 de janeiro de 2016.


BANCA EXAMINADORA

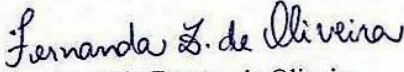

Profª Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro
(Orientadora - UNESC)


Profª Dra. Giani Rabelo
(Coorientadora - UNESC)


Profª Dra. Luciane Sgarbi Santos
Grazziotin
(Membro - UNISINOS)


Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Membro - UNESC)


Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller
(Membro - UNESC)


Fernanda Zanette de Oliveira
Mestranda


Prof. Dr. A. Sides Goularti Filho
Coordenador do PPGDS-UNESC

Dedico este trabalho a minha avó,
Maria, meu maior exemplo de
mulher trabalhadora, que hoje em
sua velhice, carrega no corpo o
desgaste tecido anos a fio pelo suor
escorrido no cabo da enxada.

AGRADECIMENTOS

Em nenhuma caminhada, nenhum dos desafios que me propus a vencer ao longo da vida estive sozinha, agradeço imensamente a Deus e aos seres de luz que sempre me acompanham, me guiam e me protegem.

À UNESC que foi cenário do minha trajetória acadêmica iniciada na graduação e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, que me impulsionou para uma nova visão de mundo e de ciência, pautada na interdisciplinaridade.

À CAPES pelo suporte financeiro, que foi de fundamental relevância para a realização do sonho de cursar o mestrado.

A todas as entrevistadas que prontamente se dispuseram a participar da pesquisa e falarem sobre questões pessoais relacionadas à família, trabalho e futuro.

À professora Giovana I. J. Salvaro pela dedicação no seu fazer profissional que se refletiram em todos os momentos de orientação, discussões, conversas e incentivo; obrigada pelos tantos momentos de profundo aprendizado.

À professora Giani Rabelo que juntamente com o professora Giovana me fizeram refletir sobre o espaço da mulher na sociedade e que as lutas devem ser um desafio constante, seja na academia, ou fora dela.

Ao professor Rafael R. Mueller que com sua serenidade sempre foi um grande parceiro nas discussões que permearam minhas inquietações ao longo do mestrado.

Ao professor Dimas de O. Estevam, por ser o grande idealizador das discussões sobre o rural na universidade, referência para todos os alunos que se propõe a voltar seus estudos ao tema.

A professora Patrícia M. Goulart, que me ensinou os primeiros passos no mundo da pesquisa, que me contagiou com sua paixão pela psicologia social e sempre será para mim uma grande referência.

Às companheiras do grupo de estudos sobre gênero pelas conversas, almoços e cafés que transcenderam às discussões teóricas e passaram a ser momentos de muitas trocas e apoio. À Bia, em especial, minha parceira de profissão, de orientação, amiga, irmã que o mestrado me presenteou. Ter a certeza de te ter junto comigo nesta etapa de nossas vidas, certamente me fez enfrentar os desafios com maior entusiasmo.

A todos os amigos do PPGDS, em especial, Carla, Jana, Ney e Ricardo, que foram um ponto importante de apoio. Obrigada por me socorrerem sempre e por me trazerem alegria nos momentos em que precisei de leveza.

À minha família, minha mãe, meu pai e minha irmã que sempre acreditaram em mim me incentivaram a estudar.

Ao meu companheiro Gabriel, por todos os momentos que juntos enfrentamos, pelo seu amor, carinho, paciência e apoio sincero na busca dos meus sonhos.

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (Heleieth Saffioti, 1987).

RESUMO

Os estudos sobre sucessão e juventude na agricultura familiar, atentos às questões de gênero, sinalizam a crescente saída das jovens do meio rural. As políticas de democratização do acesso ao Ensino Superior, adotadas na última década, propiciaram o aumento do ingresso de estudantes, levantando-se a hipótese de ser um possível mediador desta saída. Frente ao contexto descrito, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a relação entre o projeto profissional de jovens universitárias, filhas de agricultores familiares, com a reprodução da Agricultura Familiar em municípios do sul catarinense. Trata-se de um estudo de desenho qualitativo e exploratório. Foram realizadas entrevistas com 12 jovens, filhas de agricultores familiares da região sul catarinense, matriculadas, no ano de 2015, em cursos de graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. A análise das entrevistas foi realizada pela abordagem qualitativa, proposta por González Rey (2002). Pelo processo de análise, foi observado que a maioria das jovens entrevistadas não demonstrou interesse na sucessão familiar e em continuar trabalhando na propriedade familiar. O curso de graduação aparece como um meio de conseguir um posto de trabalho com maior qualificação no mercado de trabalho. Mesmo não demonstrando interesse em se tornarem trabalhadoras rurais no futuro, as jovens reportaram uma forte relação com os modos de vida e cultura rural, e indicam novas formas de contribuir para a reprodução social da agricultura familiar na região estudada.

Palavras-chave: Projetos profissionais; jovens universitárias; agricultura familiar; gênero.

ABSTRACT

Studies on succession and youth in family farming, attentive to gender issues, signal the growing output of rural youth. Democratization policies of access to higher education, adopted in the last decade led to the increased inflow of students, raising the hypothesis to be a possible mediator of this event. Outside the context described above, the overall objective of this research was to analyze the relationship between the professional design of university students, daughters of farmers, with the reproduction of Family Farming in Santa Catarina southern municipalities. It is a study of qualitative and exploratory design. Interviews were conducted with 12 young, daughters of family farmers in the southern region of Santa Catarina, enrolled, in 2015, in undergraduate courses of Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. The data analysis was conducted by qualitative approach proposed by González Rey (2002). The review process, it was observed that most young people interviewed showed no interest in the family succession and continue working on the family property. The undergraduate course appears as a means of getting a job with higher skills in the labor market. Even showing no interest in becoming rural workers in the future, young people reported a strong relationship with the ways of life and rural culture, and indicate new ways to contribute to the social reproduction of family farming in the region studied.

Keywords: Professional Projects; university students; family farming; gender.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Matrículas no Ensino Superior por sexo 2001-2013.....74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das entrevistadas.....	24
Quadro 2 - Estudos selecionados na busca bibliográfica: título, autor/a e ano.....	30
Quadro 3 - Caracterização das propriedades das famílias das entrevistadas (área, atividades realizadas e tecnologias utilizadas).....	58
Quadro 4 – Caracterização das famílias das entrevistadas: onde e com quem vivem e idade dos pais.....	59
Quadro 5 – Sobre a sucessão nas propriedades familiares estudadas....	67
Quadro 6 – Bolsas de estudo e programas utilizados pelas entrevistadas.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção agrícola municipal – AMREC (2012).....	55
Tabela 2 - Produção agrícola municipal – AMESC (2012).....	56
Tabela 3 - Número de concluintes em cursos de graduação presenciais por sexo (2001-2013).....	75
Tabela 4 - Número de matrículas em cursos de graduação presenciais por sexo (2001-2013).....	76
Tabela 5 –Número geral de matriculados nos cursos de graduação da UNESC por sexo; 2001, 2015/1.....	77
Tabela 6 –Número de matriculados nos cursos de graduação da UNESC, por curso e sexo; 2015/1.....	77
Tabela 6 – Relação dos alunos com Bolsas de Estudos, financiamentos e estágio externo remunerado com total de matrículas nos cursos de graduação, 2010/1 a 2014/2.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMTR - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais
AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FUCRI - Fundação Universitária de Criciúma
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituições de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAES - Programa de Ações em Economia Solidária
PIBID - Programa institucional de bolsa de iniciação à docência
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE - Plano Nacional de Educação
PROUNI - Programa Universidade para todos
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UNACET - Unidade Acadêmica de Ciências, Engenharias e Tecnologia
UNACSA - Unidade acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas
UNAHCE - Unidade acadêmica de Humanidade, Ciências e Educação
UNASAU - Unidade acadêmica de Ciências da Saúde
UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2.1 O TRABALHO RURAL NA PERSPECTIVA DOS/DAS JOVENS	36
2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E OS PROJETOS DE ESCOLARIZAÇÃO DAS JOVENS	39
3 O TRABALHO DE MULHERES EM CONTEXTOS URBANOS E RURAIS.....	42
4 PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS UNIVERSITÁRIAS E A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	51
4.1 A AGRICULTURA NO SUL CATARINENSE E AS PROPRIEDADES FAMILIARES	53
4.2 COMPOSIÇÃO FAMILIAR E A DIVISÃO DO TRABALHO NA PROPRIEDADE: (IM)POSSIBILIDADES DE FICAR NO RURAL..	59
4.3 O ENSINO SUPERIOR COMO UM DETERMINANTE NO PROJETO DE VIDA DAS JOVENS.....	71
4.4 TRABALHO E FUTURO: FICAR, SAIR OU TRANSITAR? ALTERNATIVAS PARA NÃO ROMPER COM O MODO DE VIDA RURAL	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE.....	118
ANEXO	121

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação se discute sobre o projeto profissional de jovens universitárias, filhas de agricultores familiares e sua relação com a reprodução da agricultura familiar. O termo reprodução social se relaciona à continuidade de indivíduos ou grupos sociais, por meio de estruturas, práticas, instituições sociais e dos modos de produção do trabalho (SPANEVELLO, 2008). Já a agricultura familiar pode ser entendida como “aquela em que a família ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2009a, p. 156). Para Abramovay (2003), a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural brasileiro se centra em alguns aspectos fundamentais, tais como, alternativa para a produção de alimentos, geração de emprego, preservação do meio ambiente e manutenção das relações sociais.

Nas décadas de 1960 e 1970, novas tecnologias no manejo da terra foram adotadas, trazendo a possibilidade do aumento da produção em larga escala. Porém, estes mecanismos trouxeram um alerta em relação à degradação ambiental gerada, assim como resultados insatisfatórios no que se refere à redução da pobreza em áreas rurais e autonomia dos pequenos agricultores. Esta realidade aguçou a afirmativa de que a agricultura familiar pode ser uma via sustentável de produção de alimentos, redução da pobreza rural, como também arcabouço para o desenvolvimento socioeconômico (SCHNEIDER, 2010).

Porém, para que este modelo de produção, centrado no trabalho familiar, em que o “fazer” das atividades agrícolas é transmitido pela socialização geracional, reproduza-se, é necessário que as próximas gerações tenham o interesse em permanecer trabalhando na propriedade. Deste modo, a questão sucessória e o êxodo dos/as jovens da agricultura são temáticas que têm sido alvo de discussões na academia, assim como têm tensionado a agenda governamental. O processo sucessório, que de acordo com Carneiro (2001, p.21), consiste na “transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra”, torna-se uma questão central frente ao cenário descrito.

A sucessão até o final da década de 1960 não era considerada um problema, visto o grande número de filhos nas famílias (ABRAMOVAY et al., 1998). Por mais que alguns conflitos pudessem surgir na herança, predominava, por exemplo, no sul do país, o

*minorato*¹, sendo a permanência da propriedade garantida. A redução do número de filhos/as e o surgimento de novos padrões sucessórios acabaram por tornar a reprodução da agricultura familiar uma questão problemática.

A juventude pode representar um momento de escolhas, transições, da prospecção de um futuro; no caso dos/as jovens provenientes do meio rural, seus projetos, geralmente, são observados e discutidos com foco nas perspectivas de sucessão das atividades nas unidades produtivas familiares. Porém, cabe questionar e problematizar o papel dos/as jovens, suas perspectivas e significações sobre rural, para não se colocar nas “costas” de uma população, a responsabilidade da problemática do rural.

Neste estudo, tem-se o entendimento de que os projetos profissionais do/a jovem rural, não podem ser analisados fora de um contexto mais amplo que envolve a juventude. Isto decorre, pois a linha que separa o urbano do rural é tênue, e os jovens vêm incorporando valores urbanos e convivendo com a diversificação que caracteriza os espaços rurais e urbanos na atualidade. Wanderley (2007) analisa que os jovens que vivem em localidades rurais apresentam muitos aspectos semelhantes aos jovens que vivem em zonas urbanas, como interesses, vestimenta, preferências. “Tudo isso nos leva a desautorizar qualquer análise que tente isolar a realidade dos jovens rurais, e considerá-los como pertencentes a um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem” (WANDERLEY, 2007, p. 31). Desta forma, conforme a autora citada, não nos cabe isolar nem diluir esta categoria, mas sim compreender a diversidade de experiências e situações concretas vivenciadas por estes/as jovens.

O estatuto da juventude (BRASIL, 2013) considera jovens as pessoas com idades entre quinze e vinte e nove anos. A legislação brasileira situa a juventude, tendo como base uma faixa etária e as políticas e programas de juventude se direcionam a população compreendida neste grupo de etário. Entretanto, para além de uma simples estratificação numérica, o período da juventude é caracterizado

¹ Neste sistema, as terras paternas são transmitidas ao filho mais novo, sendo que a contrapartida é que este cuide dos pais na velhice. No caso dos irmãos mais velhos, quando também tem interesse em permanecer na agricultura, o grupo familiar empenhava-se conjuntamente na aquisição de terras para eles (ABRAMOVAY et al, 1998).

por uma série de transformações biológicas, psicológicas e culturais que marcam a passagem da criança para a vida adulta (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006). Do mesmo modo, quando se pensa em juventude, não se pode considerá-la uma categoria universal, pois o processo de transformação decorrente desta “etapa” da vida irá ter especificidades de acordo com a classe social, o gênero, etnia, época, região de moradia, presença ou não de deficiência, etc. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006; DIÓGENES, 2009; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013).

Apesar de ser considerada tema de estudos e de preocupação, no que se refere à construção de políticas públicas, a juventude, na sociedade ocidental, passou a ter notoriedade e características, tais como vislumbramos hoje, após o século XVIII (ARIÈS, 1981). A ascensão da industrialização, a constituição do modelo de família nuclear e a centralidade do papel da escola, como local de educação, situaram a criança e jovem num local separado da sociedade (ARIÈS, 1981). Diferente da idade média ou do renascimento, a escola se tornou assunto de crianças e jovens, “a infância era prolongada até a duração do ciclo escolar.” (ARIÈS, 1981, p.191). Este modelo foi se configurando de modo que, na sociedade moderna, a passagem da juventude para a vida adulta está relacionada com o término dos estudos, o ingresso no mercado de trabalho e a saída da casa dos pais.

Porém, percebe-se que este período que compreende a juventude vem sendo prolongado. Em 1985, a Organização das Nações Unidas - ONU definiu, pela primeira vez, a juventude como categoria que compreendia pessoas entre 15 e 24 anos. Como mencionado no início do capítulo, no Brasil, de acordo com a o Estatuto da Juventude, aprovado em 2013, a demarcação se estende até os 29 anos. Este prolongamento se dá “devido ao aumento do tempo que os jovens tem levado para se emancipar, devido a ampliação do período de formação escolar exigido pelo mercado de trabalho.” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006, p.10).

A sociedade contemporânea também vem sofrendo crescentes mudanças econômicas e sociais nas últimas décadas, alterando fortemente os modos de vida. Esteves e Abramovay (2007, p.25) trazem a reflexão de que estas mudanças têm afetado o modo de transição do jovem para a vida adulta, considerando que se trata de uma sociedade de “consumo ostentatória”, que incute nos jovens desejos, em sua grande maioria, irrealizáveis, deflagrando as desigualdade sociais que são marca do mundo atual e as diferenças entre os grupos.

Szapiro e Resende (2010), também, atentam para as peculiaridades da juventude no modelo atual de sociedade e consideram

que muitos jovens, marcados pelo pensamento liberal, dariam total atenção ao momento presente, sem grande objetivos a longo prazo, com poucas preocupações com o futuro. No entanto, vale ressaltar, visto que a transição para a vida adulta passa pelo ingresso do/a jovem no mercado de trabalho, como também o trabalho pode ser considerado aspecto fundamental na constituição da subjetividade, o sentimento de angústia e preocupação desta população pode ser muito maior considerada as gerações anteriores.

Weisheimer (2009) aponta que ao serem consideradas as diferenças de classe social, etnia e gênero, é importante também atentar as diferentes posições ocupadas pelos/as jovens no que tange aos espaços sociais, que por vezes, são de invisibilidade social. Para este autor, a categoria juventude rural é analisada pelo olhar urbano, que, historicamente, percebe o rural como um espaço de inferioridade, o que reforça o estigma de espaço de desvalorização e atraso.

Deste modo, a educação pode se configurar como estratégia para que o/a jovem mude sua condição de vida. Este aspecto se apresenta como um dado novo em relação às gerações anteriores, visto que o acesso à escola, principalmente por parte de populações que viviam em regiões fora dos centros urbanos, era restrito. Como observa Stropasolas (2006), o estudo passa a ser bastante valorizado pelos/as jovens rurais, na medida em que representa uma alternativa que modifica a trajetória social de ser colono².

No caso das moças, uma trajetória escolar, que vislumbre um futuro no mercado de trabalho urbano, parece ser a melhor alternativa para romper com o papel secundário vivenciado no interior da hierarquia familiar (STROPASOLAS, 2006). O reconhecimento e a remuneração do trabalho realizado na agricultura, de acordo com Paulilo (1987), estão associados com a posição que a mulher ocupa na família e não com a especificidade do trabalho – “leve ou pesado”³. Além disso, seu trabalho na esfera produtiva é invisibilizado, pois comumente é

² Clovis Dorigon e Arlene Renk (2013) contextualizam que o termo “colono” trata-se de uma categoria administrativa estabelecida no período imperial, a partir do Século XIX, aos imigrantes e descendentes italianos, alemães e poloneses, agricultores, assumida e assimilada positivamente como parte de sua construção identitária.

³ Paulilo (1987) propõe a ideia de que o processo de valorização do trabalho rural se dá em função de quem o realiza; os trabalhos leves seriam aqueles realizados por mulheres e crianças e os pesados, pelos homens.

responsabilidade do homem o contato com a comercialização da produção no espaço público.

A escola pode se tornar para o/a jovem rural uma via de ingresso no mercado de trabalho, mas também se mostra como espaço de socialização e aproximação com os valores urbanos. Para Carneiro (2005, p. 252), “esta situação contribui para reforçar a ambiguidade vivenciada pelos/as jovens do campo expressa pelo desejo de continuar os estudos para adquirir formação profissional e de permanecer vinculados à família e ao meio rural.”

O êxodo crescente da população mais jovem do meio rural, principalmente de mulheres, desencadeia um processo denominado de masculinização e envelhecimento do campo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; BRUMER, 2004; ANJOS; CALDAS, 2005; FROEHLICH et al., 2011). Este fenômeno pode estar atrelado à modernização dos processos de produção e a introdução de insumos modernos, falta de oportunidades no meio rural, pelas tradições culturais que priorizam os homens em detrimento das mulheres na execução dos trabalhos, pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura e pela exclusão das mulheres na herança da terra (ANJOS; CALDAS, 2005; BRUMER, 2004). Carneiro (2005) também considera que a moças, em geral, são mais motivadas para migrar para a cidade, sendo que o custeio das despesas com sua manutenção na cidade para dar continuidade aos estudos é encarado como compensação pelas famílias, visto a exclusão no processo de herança da terra.

No que se refere ao estado de Santa Catarina, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012a) indicam que o número de mulheres residentes em áreas rurais caiu de 91 mil, em 2001, para 78 mil, em 2012; assim como o número das jovens, em faixa etária entre 18 e 19 anos, é equivalente à quase a metade das jovens entre 15 e 17 anos. Dados da mesma fonte apontam, também, que o número de mulheres em áreas rurais com 15 ou mais anos de estudo, em 2012, era o dobro do número de homens com a mesma escolaridade em Santa Catarina. Estes dados refletem que, ao mesmo tempo em que as mulheres jovens continuam migrando, o nível de escolaridade entre elas vem aumentando.

As novas configurações no mercado de trabalho (ANTUNES, 2002; SENNET, 2008) também têm afetado diretamente a inserção do/a jovem, que vem se dando de forma precária, por vínculos frágeis e pouco duradouros (THOME; TELMO; KOLLER, 2010). O/a jovem que migra hoje das regiões rurais para as urbanas pode não encontrar

facilmente a viabilidade para seu projeto profissional no mercado de trabalho urbano.

Deste modo, emergem uma hipótese: a Educação Superior pode estar se tornando um novo mediador da saída jovens do campo, principalmente, das mulheres. Este cenário vem se delineando, também, em decorrência das políticas de Educação Superior adotadas pelo Estado brasileiro, com destaque ao Plano Nacional de Educação de 2001 (BRASIL, 2001) que colocou na agenda a elevação do número de matrículas nesta modalidade de ensino, com vistas à democratização do acesso. Desta forma, fazer um curso superior passou a ser uma possibilidade no projeto profissional de jovens oriundos/as de classes populares.

No caso das mulheres, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2012), elas têm se mostrado maioria nos dados sobre matrícula e conclusão de cursos na Educação Superior no Brasil e em todos os estados. Desta forma, o aumento do nível escolaridade das jovens filhas de agricultores é um indicador importante, em um contexto social e cultural que pouca visibilidade atribui à participação laboral das mulheres. A relevância deste estudo, então, entre outros aspectos, centra-se em dar visibilidade a um grupo social marginalizado, além de compreender como a conjuntura atual da educação tem propiciado novas perspectivas para as jovens. Além disso, analisar as narrativas de jovens filhas de agricultores é uma possibilidade de conhecer as problemáticas do rural de forma genuína, enunciada pelos próprios sujeitos.

O intento desta pesquisa foi o de investigar jovens, acadêmicas dos diversos cursos da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, que residam atualmente ou que tenham migrado de áreas rurais para áreas urbanas para cursarem o Ensino Superior com o intuito de levantar informações, impressões e sentimentos acerca do projeto profissional das mesmas. Tendo como norteador o objetivo geral de analisar a relação entre o projeto profissional de jovens universitárias, filhas de agricultores familiares, com a reprodução da agricultura familiar em municípios do extremo sul catarinense. Para tanto, de igual modo, vale observar a centralidade da subjetividade como categoria de análise deste estudo. Entende-se aqui a subjetividade a partir de uma perspectiva histórica e cultural, em que se compreende que a realidade social é subjetiva e objetiva, múltipla, dinâmica, resultado de uma construção dos sujeitos participantes, mediante a interação com outros membros da sociedade (GONZÁLEZ REY, 2007). Portanto, assim como a subjetividade é constituída pelas relações sociais estabelecidas

em diferentes contextos sociais, os sujeitos também são agentes constituidores e transformadores do seu meio social.

A subjetividade individual se constitui em um indivíduo que atua como sujeito graças a sua condição subjetiva. O sujeito é histórico, uma vez que sua constituição subjetiva atual representa a síntese subjetiva de sua história pessoal, e é social, porque sua vida se desenvolve na sociedade, e nela produz novos sentidos e significações que ao constituir-se subjetivamente, se convertem em constituintes de novos momentos de seu desenvolvimento subjetivo. Por sua vez, suas ações na vida social constituem um dos elementos essenciais das transformações da subjetividade social. (GONZALEZ REY, 2002, p.38).

Os projetos profissionais, deste modo, podem ser analisados a partir do entrelaçamento de experiências individuais e familiares das jovens, mas também do contexto social, político, econômico e cultural no qual este projeto se insere.

Deste modo, para a pesquisa, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: o intuito deste trabalho também consiste em conhecer as características da agricultura regional e das propriedades familiares de onde estes projetos emergem; conhecer como se dá a divisão sexual e intergeracional do trabalho nas famílias das jovens entrevistadas, assim como identificar se existe um planejamento sucessório e de que modo as relações de gênero podem ser intervenientes na sucessão; outro ponto importante de análise nesta pesquisa se voltará mais diretamente aos projetos das jovens, de modo a compreender as implicações das políticas Públicas de acesso ao ensino superior e seus anseios futuros sobre trabalho e modo de vida.

Como caminho metodológico, trata-se de um estudo de desenho qualitativo e exploratório. A pesquisa qualitativa possibilita a aproximação do pesquisador de seu objeto estudado, de maneira que a representatividade do estudo se centra nas peculiaridades de cada sujeito e não, necessariamente, a uma amostra estatística. Pires (2008) avança na discussão acerca da pesquisa qualitativa e propõe que neste tipo de abordagem, o desejo de objetividade deve ceder espaço ao desejo de solidariedade. Deste modo, a ciência teria o papel de não somente produzir conhecimentos neutros da realidade, “[...] o mais importante

não é envolver-se com um conhecimento, certamente útil, mas explicitamente orientado por um projeto ético visando à solidariedade, à harmonia e criatividade” (PIRES, 2008, p.44).

Para González Rey (2005) é difícil definir o que significa pesquisa qualitativa hoje. O autor propõe a pesquisa qualitativa em uma perspectiva epistemológica, como crítica à instrumentalização adotada em pesquisa e em decorrência do viés positivista que monopoliza os modos atuais de fazer ciência.

Sem uma revisão epistemológica, corremos este risco, como de fato vem ocorrendo até hoje, de manter uma posição instrumentalista na pesquisa ao legitimar o qualitativo por meio de instrumentos utilizados na pesquisa, e não pelos processos que caracterizam a produção do conhecimento (GONZALEZ REY, 2005, p. 3).

Esta perspectiva considera que o conhecimento não é algo dado, pronto e disponível para que o pesquisador apenas colete no campo; pelo contrário, o conhecimento é uma construção humana que se dá na relação entre pesquisador e pesquisado que se renova e tensiona o surgimento de novas categorias ao longo da pesquisa. Portanto, a epistemologia qualitativa “implica compreender o conhecimento como produção e não uma apropriação linear de uma realidade que nos apresenta.” (GONZALEZ REY, 2005, p. 5). Trata-se de buscar novas formas de produção do conhecimento, que consigam representar a realidade que é multifacetada e irregular e que se dá num processo histórico de construção da subjetividade.

Para este autor, a epistemologia qualitativa se apoia em três princípios importantes: *o conhecimento é uma produção construtiva interpretativa; o caráter interativo do processo de produção do conhecimento; singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento. O conhecimento é uma produção construtiva interpretativa*, ou seja, ele não é fruto de constatações estáveis e imediatas, a interpretação da realidade ocorre no levantamento da produção de sentidos atribuídos pelo sujeito pesquisado. “A interpretação não se refere a nenhuma categoria universal e invariável do marco teórico adotado, é um processo que se realiza através da unicidade e complexidade do sujeito estudado.” (GONZALEZ REY, 2002, p. 32-33). *O caráter interativo do processo de produção do conhecimento* trata da relação estabelecida entre pesquisador e

pesquisado, elemento de fundamental importância para a produção construtiva de conhecimento. O processo de diálogo é, portanto, central e cabe ao pesquisador estimular o fluxo de ideias e significações, com o intuito de elaborar uma reflexão conjunta sobre o tema.

A consideração do caráter interativo da produção de conhecimento outorga valor especial aos diálogos que nela se desenvolvem e nos quais os sujeitos se envolvem emocionalmente e comprometem suas reflexões em um processo em que se produzam informações de grande significado para a pesquisa. (GONZALEZ REY, 2002, p.34).

E por último a significação da *singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento*, historicamente deslegitimado no campo científico, já que se privilegia a ideia quantitativa estatística como representativa dos sujeitos. Neste caso, quando a subjetividade é a principal fonte de observação do fenômeno estudado, a singularidade é tida como única e que caracteriza o modo como aquele sujeito se constituiu historicamente dentro de um conjunto próprio de produção de sentidos. Novamente, entende-se que o conhecimento científico não deve ser legitimado somente pela quantidade de informantes de uma pesquisa, mas principalmente pela qualidade daquilo que é produzido no processo da pesquisa. “A informação expressa por um sujeito concreto pode converter-se em um aspecto significativo para a produção de conhecimento, sem que tenha de repetir-se necessariamente em outros sujeitos” (GONZALEZ REY, 2002, p.35).

Com base na perspectiva adotada, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A) com acadêmicas de diversos cursos da UNESC, com idade entre 19 e 23 anos⁴, filhas de agricultores familiares residentes nos municípios pertencentes à divisão administrativa chamadas de AMREC (Associação dos municípios da região carbonífera) e AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense) (mapa anexo A). Dado o caráter exploratório da pesquisa, foram entrevistadas 12 participantes, de diferentes cursos de

⁴ Dentre os critérios de inclusão das entrevistadas, buscou-se obedecer aquelas que estavam compreendidas na faixa de idade denominada como juventude pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), que é de 15 a 29 anos.

graduação, escolhidas de forma aleatória, atendendo ao critério de acessibilidade (GIL, 2009).

Quadro 1 – Caracterização das entrevistadas

Entrevistadas	Idade	Estado Civil	Curso	Semestre
E1	19	Solteira	Psicologia	5º
E2	21	Solteira	Geografia	7º
E3	22	Solteira	Geografia	7º
E4	20	Solteira	Fisioterapia	6º
E5	21	Solteira	Letras	3º
E6	19	Solteira	Ciências Biológicas	3º
E7	21	Solteira	Engenharia Civil	3º
E8	19	Solteira	Ciências Contábeis	3º
E9	19	Solteira	Administração	5º
E10	23	Solteira	Pedagogia	6º
E11	18	Solteira	Direito	1º
E12	19	Solteira	Direito	3º

Fonte: Pesquisa de campo (2015/1).

Nesta instituição, os cursos têm durações distintas e os períodos são organizados por semestres. As entrevistas foram realizadas no período de março a junho de 2015, na própria universidade. A escolha pela UNESC como local de acesso às jovens entrevistadas, entre outras questões, decorreu da importância e abrangência da instituição no espaço no contexto regional estudado. As entrevistadas foram localizadas via redes de professores, acadêmicos e coordenação de cursos. Buscou-se o contato direto com as jovens indicadas, via telefone, e-mail e redes sociais. As entrevistas aconteceram em espaços reservados disponibilizados pela instituição, como salas de aula, salas individuais de estudo nas dependências da biblioteca e na sala do Programa de Ações em Economia Solidária (PAES). O tempo de duração das entrevistas foi, em média, de 20 a 35 minutos. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. A pesquisa obteve aprovação junto ao Comitê de Ética da UNESC (parecer 919.586, de 17 de dezembro de 2014).

As narrativas produzidas ao longo das entrevistas são compreendidas dentro de um contexto histórico-cultural; os símbolos, palavras e constructos carregam consigo significados que retratam uma realidade. Esta compreensão possibilita uma visão mais integrada dos sujeitos da pesquisa, que busca superar a ideia de fragmentação da realidade social, do sujeito como algo cindido, acabado e imutável. Retomando a questão de pesquisa, deve-se destacar que ao analisar os projetos profissionais das jovens (dimensões subjetiva e objetiva), de igual modo, têm-se como foco suas implicações para a reprodução do modo de produção familiar.

A análise envolveu um processo inicial de leitura detalhada das transcrições, como modo de reconhecer os principais indicadores a serem trabalhados. A construção da informação na pesquisa qualitativa, conforme já mencionado, remete a um processo aberto e de construção, que se dá em todos os momentos da pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2002). O processo está atrelado significativamente ao olhar do pesquisador que, a partir do material obtido, trabalha na construção dos núcleos de significação das narrativas. Neste sentido, o primeiro passo, foi a construção dos indicadores a partir da leitura das transcrições das entrevistas.

Um indicador é uma construção capaz de gerar um significado pela relação que o pesquisador estabelece entre um conjunto de elementos, que, no contexto do sujeito estudado, permitem formular uma hipótese que não guarda relação direta com o conteúdo explícito de nenhum dos elementos tomados em separado. O dado, no entanto, é utilizado em seu conteúdo explícito, ainda que esse caráter explícito sempre seja definido dentro de um marco teórico em que o dado adquire sentido (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 113).

A construção dos indicadores só é possível devido a um conhecimento teórico prévio do tema, que se manifesta de forma mais expressiva ao longo da realização, transcrição e leitura detalhada das entrevistas. Foge-se da ideia de interpretação de uma produção subjetiva meramente individual, pelo contrário, a produção individual se dá em um campo social. “A teoria é condição para dar sentido a fenômenos inacessíveis de forma direta ao pesquisador. Os fenômenos complexos,

entre eles a subjetividade, só aprecem como objetos e estudo da ciência graças ao desenvolvimento teórico” (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 61).

Após a etapa de criação dos indicadores, as narrativas mais representativas de cada indicador foram agrupadas e analisadas, possibilitando a construção de zonas de sentido. A elaboração de zonas de sentido consiste em uma etapa bastante intuitiva e interpretativa do contexto em que emerge da fala do sujeito.

A ação dos sujeitos implicados em um espaço social compartilha elementos de sentidos e significados gerados dentro desses espaços, os quais passam a ser elementos da subjetividade individual. Entretanto, essa subjetividade individual está constituída em sujeito ativo, cuja trajetória diferenciada é geradora de sentidos e significações que levam ao desenvolvimento de novas configurações subjetivas individuais que se convertem em elementos de sentidos contraditórios com o *status quo* dominante nos espaços sociais nos quais o sujeito atua. Esta condição de integração e ruptura, de constituído e constituinte que caracteriza a relação entre o sujeito individual e a subjetividade social, é um dos processos característicos do desenvolvimento humano. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 207).

A subjetividade social e a produção de significados de um grupo emergem das características culturais, sociais e ambientais. Porém, os sentidos atribuídos aos significados coletivos são singulares, na medida em que envolve sentimentos e atitudes que cada indivíduo vivencia ao longo de sua trajetória de vida. A elaboração de zonas de sentido, então, propiciou a elaboração das categorias de análise do estudo, as quais serão apresentadas e discutidas no capítulo quatro.

Esta dissertação está estruturada de modo que no capítulo seguinte (capítulo 2), é apresentada uma revisão sistemática da produção recente na pós-graduação brasileira sobre sucessão e agricultura familiar, realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com o intuito de conhecer quais áreas e programas têm dado maior visibilidade ao tema, além de tecer uma discussão acerca dos resultados obtidos nestas pesquisas. No capítulo 3, realiza-se uma discussão sobre a categoria trabalho e sua interface com gênero,

buscando atentar aos desafios enfrentados pelas mulheres para garantir seu espaço enquanto trabalhadora, de acordo com especificidades do contexto urbano e rural. Por fim, o capítulo 4 apresenta a análise das entrevistas realizadas com as jovens, tecendo uma discussão sobre as condições objetivas e subjetivas de seus projetos profissionais e de vida, assim como os sentidos atribuídos ao trabalho e modo de vida na agricultura, escolaridade e processo sucessório.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E PROCESSOS SUCESSÓRIOS: UMA REVISÃO DOS CAMPOS DE ESTUDO

Quando se fala sobre as problemáticas que envolvem os jovens no contexto rural, assim como a reprodução da agricultura familiar, a sucessão é um tema central nestas discussões. A ideia de reprodução social está relacionada ao modo como as práticas e estruturas sociais vão acontecendo ao longo das gerações, como também os modos de produção de bens materiais, assim como a organização social desta por meio do trabalho (SPANEVERELLO, 2008).

Spanevello (2008) retoma as definições de três autores, Chayanov, Fortes e Wanderley para auxiliar quanto ao entendimento da reprodução social no âmbito da agricultura familiar. Chayanov (1981) com base em uma teoria econômica camponesa avalia que este processo de reprodução se dá com base nas condições econômicas (trabalho e produção) da unidade familiar, de modo a atender as necessidades reais dos membros que fazem parte dela. Já, para Fortes (1975), a reprodução social estaria relacionada com a transmissão do capital social⁵ de uma geração para a outra, sendo a família sua principal via de transmissão. Wanderley (2001) considera que nas famílias existe uma intencionalidade de garantir as necessidades imediatas do grupo familiar, assim como a reprodução das gerações futuras, isto ocorre utilizando estratégias de alocação da força de trabalho dos membros da família, e de manutenção do patrimônio da terra.

Ainda, Spanevello (2008) discute que existe uma diferença entre a sucessão da propriedade na agricultura familiar e a herança da terra. A sucessão seria o processo em que ocorre a transferência do gerenciamento da propriedade para os filhos sucessores; a herança está relacionada mais ao aspecto legal de transmissão do patrimônio, neste caso, a terra, mas que não necessariamente configura no intuito de dar continuidade às atividades agrícolas. A autora, também, salienta que o processo de sucessão implica a socialização de saberes relacionados à atividade agrícola, iniciando desde a infância e que, em grande medida, ocorre de maneira prática, ou seja, pelo contato direto com a atividade.

⁵ Entende-se capital social como uma forma cooperação voluntária que atendem às regras de reciprocidade, “diz respeito a características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade” (PUTNAM; LEOARDI; NANETTI 2005, p.177).

De modo geral, Spanevello (2008) aponta que normalmente o processo sucessório é marcado por uma seletividade na escolha, que privilegia um sucessor pelos pais e os demais acabam excluídos. Isto inclusive acaba sendo uma estratégia importante, principalmente, nas propriedades onde a terra e produção não consigam absorver a atividade de todos os filhos. Deste modo, a saída de alguns membros, nestes casos, nem sempre é vista como algo prejudicial à sucessão. Vale destacar que a escolha pelo sucessor geralmente privilegia os filhos e a escolha de mulheres como sucessoras, geralmente, ocorre quando não há filhos homens ou elas são filhas únicas.

Com o propósito de conhecer o processo de sucessão na agricultura familiar nos últimos anos no Brasil, foi realizada uma busca por estudos realizados nos programas brasileiros de pós-graduação, indexados pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram localizados e identificados os estudos que tratavam sobre sucessão e agricultura familiar no período entre 2004 e 2014. Este recorte temporal se deu devido aos anos disponíveis na base, no momento da pesquisa.

Utilizando os descritores ‘sucessão e agricultura familiar’, ‘reprodução social e agricultura familiar’, foram localizados 155 estudos, sendo que 16 foram selecionados para a análise, de acordo com a coerência em relação ao objetivo geral desta pesquisa, conforme a tabela abaixo.

Quadro 2 – Estudos selecionados na busca bibliográfica: título, autor/a e ano.

Título	Autor/a	Ano
Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro Escadinhas, Feliz/RS	Nilson Weisheimer	2004
Agricultura Familiar e Sucessão Hereditária: Estudo de Caso no Município de Morro Redondo, RS	Maria Regina Caetano Costa	2006
O projeto territorial em São João da Aliança e a reprodução social dos jovens do assentamento Santa Maria	Luiz Fernando de Matos Pimenta	2006
A dinâmica Sucessória na agricultura familiar	Rosani Marisa Spanevello	2008
Da migração a permanência: o projeto pedagógico da Escola Família Agrícola do Sertão como fator de intervenção e transformação da lógica da reprodução da família camponesa nordestina	Diana Anunciação Santos	2008
Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES	Simone Battestin	2009
A situação juvenil na agricultura familiar	Nilson Weisheimer	2009
Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura familiar: um estudo sobre o Oeste Catarinense	Adriana Maria da Silva Costa	2010
A sucessão em unidades produtoras de leite de base familiar na Zona da Mata Mineira	Maria Helena Furtado Santiago	2010
Os projetos de vida da juventude do Perímetro Curu-Paraipaba: entre o sonho e a realidade	Virzângela Paula Sandy Mendes	2011
Jovens da Agricultura Familiar de Rubiataba-GO: Processos educativos e perspectivas de reprodução social	Joaquim José Neto	2011
Dinâmicas demográficas e ocupacionais e a reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso no município de Praia Grande – SC	Tiago Moraes Silva	2011
Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar	Lucas Coradini	2011
Tradição e modernidade no processo sucessório entre produtores de leite em dois municípios rurais de Minas Gerais	Júlio César Mendes de Souza	2012
Escola e família: a socialização dos jovens agricultores familiares	Graziela Castro Pandolfo	2013
A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul	Deggerone, Zenicleia Angelita	2013

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (2004-2014).

Organização: elaborada pela autora.

Quanto à área do conhecimento, as produções científicas, 13 dissertações e três teses, estão distribuídas em oito Programas de Pós-Graduação: agronomia, extensão rural, desenvolvimento rural, geografia, sociologia, políticas públicas e sociedade, ambiente e

desenvolvimento e educação. Estes programas estão distribuídos entre oito universidades, localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Bahia e Goiás. Quanto às abordagens metodológicas que predominam nestes estudos, destacam-se a abordagem qualitativa, por meio de pesquisas de campo, utilizando os diversos tipos de instrumentos, como questionários, entrevistas semiestruturadas, diário de campo e grupos focais, tendo como sujeitos de pesquisa os jovens, as famílias, e profissionais envolvidos em projetos e escolas ligadas ao campo de estudo.

Os estudos evidenciam que a questão sucessória não se associa somente aos fatores econômicos da propriedade ao tamanho da terra e produção, mas envolvem elementos culturais, sociais, e intrafamiliares. O estudo de Costa (2010) aponta na região oeste de Santa Catarina o tamanho da propriedade não necessariamente está relacionado com a permanência dos filhos, inclusive, trata-se de uma região de alta produção. No caso das mulheres, Weisheimer (2004) analisou que o tamanho da propriedade não interfere no interesse em suceder no caso das moças, já que a maioria delas não tem a perspectiva de herdar a terra.

A escolaridade como aumento das possibilidades de obtenção de renda, assim como a busca por um modo de vida diferente dos pais se mostraram como fatores relevantes para a migração dos jovens (COSTA, 2010). Já o estudo de Costa (2006), no município de Morro Redondo/RS, demonstrou que apesar de a agricultura da região possuir um potencial de produção, não existe uma estrutura de mercado capaz de absorver os produtos. Deste modo, assim como as mulheres, os homens tem deixado a agricultura nesta região. O estudo mostrou que os filhos dos agricultores têm deixado as propriedades muito cedo, o que não propicia um maior contato com a atividade rural. No que se refere à herança, alguns acabam sendo excluídos, não deixando outra alternativa senão deixar a propriedade familiar (COSTA, 2006).

[..] a perspectiva sucessória tem uma forte influência da tradição e do modo de vida herdado, visto que os fatores considerados desfavoráveis à atividade leiteira, como excesso de trabalho e a baixa rentabilidade, poderiam ser considerados como desestimuladores de sua continuidade (SANTIAGO, 2010, p.75).

Souza (2012), também, em pesquisa realizada em unidades familiares produtoras de leite de Minas Gerais, identificou que não existe um único modelo de sucessão entre os produtores. É comum, na região estudada, a sucessão acontecer após os cinquenta anos de idade do sucessor. A distância da propriedade da cidade, também, mostrou-se um fator importante no interesse em suceder a propriedade. Na pesquisa realizada por Spanevello (2008), nas propriedades sem sucessores, os agricultores apontaram como fatores negativos o alto custo para produção (insumos), assim como o baixo preço obtido com a venda dos produtos. Também foi mencionada a desvalorização social da profissão, as dificuldades produtivas e econômicas. Já as propriedades com sucessores têm uma visão mais positiva sobre o trabalho agrícola, entretanto, também apontam as dificuldades com os custos para produção e a falta de maquinário para facilitar a realização do trabalho.

No estudo realizado por Mendes (2011), no nordeste, ficou evidenciado que a falta de terra para atender às necessidades dos membros da família, é um fator determinante para que jovens queiram buscar oportunidades de trabalho fora da agricultura, à medida que vão constituindo suas próprias famílias. No município de Praia Grande/SC, a falta de sucessores é um ponto de preocupação, pois é crescente o número de filhos que desejam sair da agricultura (SILVA, 2011).

De modo geral, os pontos que exigem maior aprofundamento enquanto intervenientes sobre a escolha de os jovens em sucederem as propriedades agrícolas estão fortemente atreladas à escolarização e trabalho, assim como as relações de gênero se apresentaram como uma grande questão, mesmo naqueles estudos que não tinham este foco.

Sobre as temáticas juventude rural e escolarização, os estudos analisados retrataram de alguma maneira a relação que o/a jovem estabelece com a educação formal e suas expectativas. Este aspecto pode ser retratado em estudos mais recentes, considerando que após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) tornou-se dever do estado e da família garantir o acesso e permanência da criança e adolescente ao ensino fundamental e médio gratuito. Decorrente desta legislação, uma série de políticas e ações tem sido adotadas, transformando a expectativa de escolarização da população oriunda das diversas localidades, etnias e estratos sociais.

Deste modo, o estudo de Santiago (2010), que analisou o processo sucessório em propriedades familiares voltadas à produção do leite na Zona da Mata Mineira, identificou que, nas famílias entrevistadas, os pais possuem menor escolaridade que os filhos, o que pode sugerir a possibilidade de sucessores com maior escolaridade.

Pode-se apontar que o estímulo para que os/as jovens deem continuidade aos estudos vêm dos próprios pais, que avaliam a educação como um fator de fundamental importância para o futuro dos/as filhos/as. No estudo de Pandolfo (2013), realizado em dois municípios do interior do Rio Grande do Sul, Sobradinho e Passo Sete, os pais entrevistados afirmaram considerar importante que os filhos estudem, independente da profissão que irão exercer no futuro. Nesta linha, os estudos de Spanevello (2008) e Weisheimer (2009), também realizados no Rio Grande do sul, consideraram que os pais além de incentivarem os filhos a estudarem, percebem neste movimento uma via importante para a conquista de empregos urbanos. Spanevello (2008), entretanto, ressalta que apesar de os pais desejarem que os filhos não sigam na agricultura, isto não significa que não apoiem àqueles que pretendem ficar o meio rural, porém o estímulo neste caso é para que permaneçam exercendo atividades não agrícolas. Weisheimer (2004), em estudo realizado em um bairro do município de Feliz/RS, já apontava que apesar de os filhos sinalizarem uma recusa de reproduzir o modo de vida dos pais, isto não significava necessariamente um fator impulsionador do processo de migração, sendo, portanto, uma tendência da ampliação das ocupações não agrícolas nas localidades rurais.

Costa (2006), em estudo realizado no município de Morro Redondo/RS, demonstrou que ainda permanece forte a ideia de que só permanecem no campo as pessoas com pouca escolarização. Esta imagem sobre o trabalho rural e escolarização também ficou evidenciada no estudo de Mendes (2011), realizado no Perímetro Irrigado de Curu-Paraipaba, no Ceará. Ilustrando melhor esta questão, pode-se mencionar o estudo de Souza (2012), que buscou identificar os fatores que influenciavam no processo sucessório em unidades produtoras de leite dos municípios de Silverânia e Coronel Xavier em Minas Gerais, por meio de uma análise estatística quantitativa, identificou haver uma relação entre os filhos que não estudavam e que gostariam de suceder os pais na propriedade.

Para os jovens entrevistados no estudo de Weisheimer (2004), a dissociação entre estudo e trabalho rural já era percebida, sendo que apontaram para o fato de que o trabalho agrícola se tornava uma opção para aqueles que não tiveram escolarização e, conseqüentemente, menores chances de exercerem profissões consideradas “melhores”. Diferentes estudos evidenciam a ideia de que a escolarização é percebida como uma via para deixar a agricultura, na medida em que os cursos de formação, por vezes, tencionam o jovem a elaborar seu projeto

profissional fora do ambiente rural (COSTA, 2006; COSTA, 2010; MENDES, 2011; WEISHEIMER, 2004).

O trabalho de Coradini (2011), por meio de entrevistas com jovens do município de Faxinal Soturno, RS, buscou aprofundar a análise sobre as perspectivas de reprodução social da agricultura familiar tendo foco os projetos profissionais. O autor identificou que quase a totalidade dos entrevistados pretende ingressar no ensino superior.

[...] dos 32 entrevistados, 27 pretendem cursar faculdade; 1 já está cursando nível superior e os 04 demais ainda não definiram seus projetos educacionais. É válido lembrar que a totalidade dos entrevistados ainda ocupa-se em atividades agrícolas ao menos parcialmente, em jornadas diárias de trabalho que variam entre 4h e 8h, de modo que alguns destes desenvolvem seus estudos no turno da noite. (CORADINI, 2011, p.54-55).

Costa (2010), em estudo realizado no oeste catarinense, também aponta para o ingresso de jovens agricultores no ensino superior. O projeto de vida pautado em um curso de nível superior igualmente foi destacado por quase noventa por cento dos jovens entrevistados (88,2%) por Pandolfo (2013). Nos dois estudos citados anteriormente, as pesquisadoras chamam atenção para o fato de que a existência de instituições de ensino superior próximas ao local de residência dos jovens é um facilitador/estimulador para os jovens projetarem seu futuro, tendo como formação profissional um curso superior. Pandolfo (2013) pondera que a proximidade entre a instituição universitária e a moradia dos pais facilita a permanência do jovem no meio rural, pois não precisa abandonar a propriedade dos pais, nem se deslocar, o que reduz as despesas com transporte e moradia.

Coradini (2011) também avalia a gratuidade do ensino superior oferecido em uma universidade pública federal no município próximo, Santa Maria, como um estimulador para os jovens darem continuidade aos estudos. Em contrapartida, na pesquisa de José Neto (2011), que buscou investigar a condição de jovens, filhos de agricultores familiares da região Baixa Verde em Goiania, os jovens entrevistados relataram as dificuldades vividas para continuar os estudos, como a distância geográfica e cultural entre a região de residência e a cidade de Rubiataba, onde estão localizadas as escolas. Santiago (2010), em Minas

Gerais, também observou que a distância das escolas foi apontado como um fator importante dentre os agricultores que não deram continuidade aos estudos.

Na percepção dos jovens agricultores, a escola é considerada um espaço importante de socialização, constituição de identidade juvenil e não se restringe apenas ao papel de formação para o ingresso no trabalho urbano. Apesar de reconhecerem a importância da escola para seus projetos de vida, os jovens apontam que a educação formal pouco contempla e contribui com a realidade presente nas atividades desenvolvidas na agricultura familiar (JOSÉ NETO, 2011; WEISHEIMER, 2009).

A relação do aprendizado escolar e sua coerência com a realidade da agricultura familiar é apontado de modo diferente pelos jovens que participaram da pesquisa de Deggerone (2013), cujo objetivo foi compreender o processo de permanência dos jovens rurais em propriedades de agricultura familiar nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, RS. Os jovens das propriedades estudadas, em grande parte, direcionaram seus estudos para cursos técnicos e superiores relacionados à agricultura, como gestão agroindustrial e técnico em agropecuária, relatando buscar por meio dos conhecimentos adquiridos, melhorar as técnicas de trabalho e produção na propriedade. Entretanto, cabe avaliar que isto se torna uma possibilidade nas propriedades em que os pais aceitam as sugestões e novos conhecimentos dos jovens. Nesta pesquisa, um dos jovens que está se capacitando por meio de um curso voltado à agricultura, mencionou que a educação formal, mesmo nestas áreas, não tem por objetivo a valorização da agricultura familiar.

Numa perspectiva diferente dos demais estudos analisados, Santos (2008) buscou compreender a relação do projeto pedagógico da Escola Familiar Agrícola do Sertão⁶, localizada no município baiano de Monte Santo, com a reprodução da família camponesa nedestina. Este estudo constatou que os jovens encontram grande resistência dos agricultores em relação a inserção de novos conhecimentos na

⁶ Sem o intuito de esgotar neste trabalho as características das Casas Familiares Rurais, consideramos importante apenas situar, que trata-se de espaços de formação profissional e integral do jovem agricultor que tem como amparo metodológico a pedagogia da alternância, que é um método de ensino em que o jovem passa uma semana na Casa Familiar em forma de internato e duas semanas na propriedade, articulando conhecimentos teóricos e práticos (ESTEVAM, 2012).

propriedade agrícola e que os jovens que passam por este sistema de ensino, tendem a não migrar e permanecer na localidade de origem.

2.1 O TRABALHO RURAL NA PERSPECTIVA DOS/DAS JOVENS

Sobre a percepção dos jovens em relação ao trabalho na agricultura, destacam-se as avaliações negativas, descritas como um trabalho pesado, com baixa remuneração e desvalorizado (BATTESTIN, 2009; CORADINI, 2011; COSTA, 2010; MENDES, 2001; SANTIAGO, 2010; SPANEVELLO, 2008; PANDOLFO, 2013). Esta visão do trabalho rural se encontra fortemente vinculada à dinâmica da agricultura familiar, em que os jovens convivem diariamente com a rotina de trabalho dos pais e costumam ouvir recorrentemente em suas próprias casas e reproduzir expressões como “trabalho forçado”, “judiado”, “pesado”, “difícil” (WEISHEIMER, 2004, p.183). Também apareceu, como percepção negativa em relação ao trabalho agrícola, a dependência das condições climáticas para garantia de rendimentos (BATTESTIN, 2009; CORADINI, 2011; SPANEVELLO, 2008). No caso dos jovens das propriedades produtoras de leite estudadas por Santiago (2010), a baixa lucratividade da produção e o compromisso diário com a atividade foram apontados como aspectos negativos da profissão. Em relação à tecnologia, o estudo mencionado anteriormente, apontou que a tecnificação da propriedade é considerado um fator estimulante para os jovens ficarem na agricultura, porém não é determinante. A tecnologia também foi mencionada pelos jovens pesquisados por Battestin (2009), que consideram o seu uso como uma possibilidade de diminuir a penosidade do trabalho no meio rural. José Neto (2011), porém, avalia que a modernização tecnológica no campo tende a empurrar os jovens para as cidades, visto que a necessidade de mão de obra necessária para a produção acaba sendo reduzida.

Um ponto importante a ser analisado é que, devido a hierarquia familiar e a divisão do trabalho no interior das propriedades familiares, o trabalho do jovem é visto apenas como ajuda e, em diversos casos, não recebem remuneração pela atividade, reforçando a dependência dos pais (BATTESTIN, 2009; COSTA, 2010; PANDOLFO, 2013; SANTIAGO, 2010; WEISHEIMER, 2009). Os jovens entrevistados por Battestin (2009), no município de Anchieta, ES, relataram que precisam pedir dinheiro aos pais e nem sempre são atendidos. A renda obtida pelas famílias, neste caso, é utilizada primeiramente para suprir as

necessidades da propriedade e da família, e se sobrar, pode ser utilizada pelos jovens. A autora reporta que:

[...] os jovens sempre usavam a palavra trabalho como referência ao que faziam junto à família, na propriedade e emprego como aquilo que estava na cidade, com mais valor e segurança. Essa colocação remete a pensar que para eles trabalho era interpretado como ajuda à família e, sobretudo sem garantia de renda, como já foi mencionado. Já o emprego, tão desejado, significava salário, reconhecimento e poder de decisão, e esse só era possível na cidade. (BATESTIN, 2009, p. 146).

A autora menciona que dentre os jovens que trabalhavam fora, muitos disseram, primeiramente, auxiliar nas despesas da família e somente depois disso, gastarem com aquilo que quiserem. A não remuneração dos/as jovens e a falta de autonomia, assim como a carência financeira em algumas propriedades podem estimular o jovem a buscar trabalho fora da agricultura. O próprio estreitamento da distância campo-cidade e a maior escolaridade das pessoas residentes no rural podem contribuir para a presença de famílias pluriativas⁷ na agricultura familiar, conforme também destacado nos estudos de Battestin (2009), Coradini (2011), Costa (2006), Costa (2010), Deggerone (2013), José Neto (2011), Pimenta (2006), Silva (2011), Weiheimer (2004) (2009).

A participação dos jovens em atividades que envolva tomada de decisões também é pequena, restringindo-se ao trabalho no espaço doméstico (PANDOLFO, 2013). Os estudos apresentados anteriormente apresentam discordância com os dados encontrados por Deggerone (2013), que estudou as propriedades com jovens sucessores. Nestas propriedades, os jovens possuem rendas (salário ou percentual de produção) advindas da atividade realizada na propriedade, além de participarem dos processos de gestão e tomada de decisão, o que pode ser percebido como forma de incentivo e autonomia do jovem para permanecer na atividade/propriedade.

⁷ Schneider (2003) define a pluriatividade como situações sociais em que os membros de uma família residente no meio rural passam a exercer atividades econômicas produtivas fora da agricultura e das unidades de produção.

Não somente os jovens, mas os próprios pais acabam estimulando os filhos a saírem da agricultura. No estudo de Spanevello (2008), por exemplo, os pais justificam incentivar os filhos a buscarem ocupações urbanas, pois consideram os vínculos de trabalho no contexto urbano mais rentáveis e seguros (MENDES, 2011, SPANEVELLO, 2008). Os vínculos estáveis tidos como “promessas” do mercado de trabalho urbano são questionados pelos jovens entrevistados por Weisheimer (2009), que entendem que neste espaço também existe desemprego e dificuldade de se inserirem nas vagas ofertadas. Porém, consideram que o trabalho urbano pode ser mais leve, com pausas para descanso no final de semana e garantia de um salário todo o mês.

A percepção negativa sobre o trabalho rural não foi uma unanimidade apontada nos estudos. Os estudos de Pandolfo (2013), Weisheimer (2004; 2009) Coradini (2011) reportaram percepções positivas dos jovens em relação ao trabalho rural, principalmente no que se refere à autonomia no processo de tomada de decisão e horário de trabalho (não precisam se reportar a um patrão), a produção para o próprio consumo, a continuidade de um trabalho realizado por gerações, a realização de uma atividade digna e de relevância social.

Ainda, pode-se observar que, mesmo no caso dos jovens que pretendem trabalhar no meio urbano, existe uma forte valorização da cultura e do modo de vida do rural, destacando o rural como local seguro e tranquilo, que possibilita o contato com a natureza e qualidade de vida (BATTESTIN, 2009; COSTA, 2010; DEGGERONE, 2013; SANTIAGO, 2010). Sobre este aspecto, Coradini (2011) avalia que, muitas vezes, o projeto de vida dos jovens se constitui por uma ambiguidade, pois seus projetos profissionais visam atividades urbanas, porém o modelo de vida tido como o ideal é o vivenciado nos espaços rurais.

A ambiguidade reside no fato de a maioria das profissões almejadas possuírem possibilidades de atuação severamente limitadas nestas localidades. Os próprios jovens entrevistados reconhecem haver poucas chances de exercerem a profissão ambicionada na localidade em que vivem. De início, a formação profissional de nível superior já impõe ao jovem agricultor o distanciamento de sua comunidade. Desta inferência, pelo menos duas situações podem decorrer: ou a preferência de fixação de residência no meio rural não se

materializará; ou presenciaremos a configuração de um fluxo migratório do tipo pendular, com trânsito constante entre dois ambientes, rural e urbano (CORADINI, 2011, p. 59).

O que se pode avaliar a partir desta reflexão é que o processo sucessório, as dinâmicas do trabalho e vida no rural e no urbano têm sofrido metamorfoses, o que sinaliza novas configurações e intersecções entre estes espaços. Vista a relação dos jovens rurais com a educação e trabalho, cabe refletir sobre as relações de gênero neste âmbito, considerando que os estudos analisados trouxeram de algum modo esta questão.

2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E OS PROJETOS DE ESCOLARIZAÇÃO DAS JOVENS

Dentre os pontos elencados anteriormente, vê-se que o espaço do/a jovem na agricultura familiar, muitas vezes, é de subalternidade, baixa autonomia financeira e de pouca ou nenhuma participação dos processos de gestão e decisão sobre a propriedade. Se a situação do jovem é complexa nesta estrutura, a situação das jovens mulheres é ainda mais problemática. A discussão sobre gênero e agricultura não é recente (BRUMER, 2004; CARNEIRO, 2001; PAULILO, 1987) e evidencia que o trabalho realizado pelas mulheres, em sua maior parte, envolve a esfera doméstica, o trabalho considerado leve e apenas como ajuda na esfera produtiva, sem valor monetário. Deste modo, alguns trabalhos têm demonstrado a existência do êxodo crescente da população mais jovem do meio rural em algumas regiões, principalmente de mulheres (ANJOS; CALDAS, 2005; BRUMER, 2004; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; FROEHLICH et al., 2011). Este fenômeno pode estar atrelado à modernização dos processos de produção e a introdução de insumos modernos, falta de oportunidades no meio rural, pelas tradições culturais que priorizam os homens em relação às mulheres na execução dos trabalhos, pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura e pela exclusão das mulheres na herança da terra (ANJOS; CALDAS, 2005; BRUMER, 2004).

Neste sentido, os trabalhos selecionados para análise igualmente reportaram questões envolvendo relações de gênero e divisão sexual do

trabalho no meio rural (BATTESTIN, 2009; CORADINI, 2011; COSTA, 2006; PANDOLFO, 2013; PIMENTA, 2006; SILVA, 2011; SPANEVELLO, 2008; WESHEIMER, 2004, 2009;). Explicando mais detalhadamente esta divisão, Weisheimer (2004) classifica três conjuntos de atividades: o trabalho administrativo, o agrícola e o doméstico. Sua pesquisa demonstrou que as tarefas administrativas acabam centralizadas pelo pai, sendo que os filhos exercem algumas funções, porém pouco valorizadas no que tange à complexidade e responsabilidade. Já nas tarefas agrícolas, a mão de obra utilizada vem de toda a família e é possível perceber a importância do trabalho dos jovens, principalmente dos rapazes. Por último, o trabalho doméstico é realizado principalmente pelas mães e pelas filhas, aparecendo como pouco valorizado e geralmente considerado apenas como “ajuda”. Esta mesma pesquisa destacou que ao contrário dos rapazes, as moças não recebem remuneração pelo trabalho que realizam em casa e na lavoura. Desta forma, as moças acabam dedicando maior tempo aos estudos do que os rapazes e sua avaliação sobre o trabalho agrícola é mais negativa do que a avaliação deles.

O fato das garotas dedicarem mais tempo aos estudos enquanto os garotos ao trabalho agrícola não deixa de ser revelador dos papéis sociais atribuídos a cada um dos filhos de agricultores do universo em questão. Estudar é visto como a principal via de acesso para o trabalho não agrícola, e é todo por grande parte das moças entrevistadas como uma possibilidade de um espaço da realização pessoal e profissional que não envolve apenas uma melhor remuneração, mas o reconhecimento e valorização do trabalho por elas realizado (WEISHEIMER, 2004, p. 165)

A escolarização portanto, acaba se revelando uma alternativa para as jovens conseguirem um espaço no mercado trabalho e elevar sua condição social e financeira obetendo por meio de profissões urbanas uma identidade de trabalhadora. As moças que participaram da pesquisa da Battestin (2009) e Costa (2006) relatam ser mais propensas a sair da propriedade dos pais para estudar e trabalhar no espaço urbano. No trabalho de Pimenta (2006), realizado em um assentamento no estado de Goiás, todas as moças estudavam, inclusive as que já estavam casadas e,

no conjunto dos/as informantes, possuíam escolaridade mais elevada que os rapazes.

Pode-se perceber que a elevação da escolaridade das moças acaba sendo um objetivo dos pais, que se esforçam para dar o apoio financeiro para a jovem filha permanecer na escola, e conseqüentemente conseguir uma colocação profissional melhor, fora da agricultura (WEISHEIMER, 2009).

Mesmo direcionando seu projeto profissional para o urbano, as jovens também valorizam o rural, sua atividade e seu modo de vida. Dentre as jovens entrevistadas por Costa (2006), uma delas relatou querer investir nos estudos, focando para um curso universitário na área de agronomia, e com o intuito de no futuro retornar e ampliar a propriedade dos pais. Neste caso específico, a jovem é a única herdeira e não pretende se desfazer da propriedade dos pais, porém, vê-se aberta para experimentar possibilidades profissionais fora da propriedade, como também, suceder os pais de modo diferente, gerenciando a propriedade.

No estudo de Weisheimer (2009), ao serem questionados sobre como avaliam a atividade na agricultura, o índice de moças que avaliaram se tratar de uma atividade digna e importante para a sociedade foi superior que dos rapazes. Eles, por sua vez, consideraram ser uma atividade que viabiliza maior independência financeira. Isto reflete as dificuldades que as moças encontram dentro das propriedades para conseguirem rendimentos pelas atividades que realizam e a independência financeira e simbólica dos pais. Este pode ser avaliado como um ponto chave no que se refere à participação das mulheres no processo de sucessão. O estudo de Deggerone (2013), em propriedades com sucessores, considerou a relevância da valorização da participação feminina na execução das atividades e nos processos de decisão. A permanência das jovens no meio rural e a valorização do seu papel na agricultura irão depender de mudanças profundas no interior da hierarquia familiar. Para que a escolha entre ficar e sair seja uma possibilidade para as jovens, sua socialização no trabalho agrícola produtivo de ser incentivado desde cedo, assim como acontece com os rapazes.

3 O TRABALHO DE MULHERES EM CONTEXTOS URBANOS E RURAIS

No campo das pesquisas sobre sucessão na agricultura familiar, as questões de gênero emergem como aspecto central, já que as moças ocupam uma posição de subordinação no interior da hierarquia familiar, sendo que o fato de serem jovens e mulheres as situam em posição distinta dos rapazes nas atividades de trabalho da propriedade. Em decorrência disso estas jovens acabam procurando oportunidades de trabalho em espaços urbanos, que mesmo tendo características diferentes do trabalho na agricultura, também reproduz as desigualdades de gênero.

Nem urbanas nem rurais vivem um mundos idílicos, seja com relação às oportunidades de trabalho, aos meios concretos de subsistência, seja com relação aos bens simbólicos ou culturais (sentirem-se valorizadas, gozarem da igualdade, de poderem optar livremente pelo estilo de vida que desejam ter etc.). As primeiras expressam esse descontentamento mais diretamente relacionado com os problemas de trabalho: menores salários, menores oportunidades de emprego, menores chances de se qualificar etc. As rurais, cujas escolhas de vida estão fortemente limitadas pela forma como as relações de gênero se espessam no campo (e pelas dificuldades de acesso a outros meios de vida), se ressentem mais das desigualdades nas relações familiares, marcadas pelos padrões patriarcais. (SILIPRANDI, 2004, p.131-132).

No caso do trabalho, esta diferença se coloca de forma nítida, tanto nas ocupações urbanas, quanto nas atividades de trabalho nas propriedades rurais. O trabalho pode ser entendido como um aspecto fundante da existência na sociedade moderna. Assim como já argumentava Marx, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza; o homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma também sua própria natureza (MARX, 2001).

A compreensão de classe trabalhadora para Marx inicia-se na Inglaterra, no período marcado pela revolução industrial e invenção da

máquina a vapor (ENGELS, 2008), que situaram o trabalhador como um produtor de mais-valia, sendo o seu trabalho fonte de exploração do capital. Desde o período que marcou o início dos estudos sobre o capitalismo e da classe trabalhadora, as mulheres já se faziam presentes nas indústrias. “A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61). Portanto o trabalho nas sociedades capitalistas não pode ser considerado como inerente a homens ou mulheres, ele é resultado do processo histórico e social do ser humano e da sua reprodução de vida (SAFFIOTI, 1979). A autora citada anteriormente situa que desde a emergência da família enquanto unidade de produção, as mulheres e crianças exerciam um importante papel econômico nesta estrutura. O surgimento da família monogâmica, baseada não mais em condições “naturais”, mas nas condições econômicas e de manutenção da propriedade privada, refletiram na conjuntura em que o homem (pai) ocupa uma posição hierárquica diferente na estrutura familiar e na sociedade. “Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele.” (ENGELS, 1995, p.70). Marx e Engels, detalhando o modo como a hierarquia intrafamiliar se delineava neste modelo monogâmico de configuração social, assinalam:

Com a divisão do trabalho, na qual todas estas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição, e com efeito a distribuição desigual tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. (MARX; ENGELS, 1977, p.46).

A sociedade patriarcal, portanto, se estabelece dando ao homem um lugar privilegiado enquanto detentor dos recursos econômicos, das normas e do poder. De acordo com Saffioti (2004, p.105), o patriarcado “ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos

e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida”. Esta estrutura vai sendo reproduzida com o advento do capitalismo e as formas de dominação masculina vão adquirindo novos formatos, conforme o ingresso de mulheres em postos de trabalho fora da propriedade familiar. Para Saffioti (2004, p. 155), “as classes sociais têm uma história muito mais curta que o gênero. Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado”. Não é o capitalismo que cria a desigualdade de gênero, ele se apropria de uma desigualdade que já existe e a utiliza na criação da mais valia. Conforme assinala Suza-Lobo (1991 p.168) “a subordinação de gênero manifesta-se na divisão sexual do trabalho através das desigualdades de salários e da desqualificação das funções femininas”.

Os primeiros trabalhos sobre a divisão sexual do trabalho surgiram nos anos de 1970, na França, impulsionados pelo movimento feminista e se aplica a duas espécies diferentes de discussões. A primeira estuda as diferenças de distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho, as diferentes ocupações, jornadas de trabalho e a segunda analisa a divisão desigual do trabalho doméstico (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As habilidades consideradas “naturais” das mulheres, no que diz respeito às tarefas da esfera privada, que pressupõem habilidades específicas, como paciência, destreza, o cuidado, atributos associados como características próprias das mulheres acabam reforçando a ideia de que o trabalho doméstico é responsabilidade exclusiva da mulher. Em comunicado divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas- IPEA, com o título *Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero*, é discutido que o trabalho doméstico (reprodutivo), que se caracteriza pelos cuidados com a casa, com as crianças e idosos, que em seu maior parte é realizado por mulheres, é considerado improdutivo pelas estatísticas oficiais brasileiras e invisibilizado socialmente e pelo próprio Estado. Ao reportar dados da PNAD/IBGE, o número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres é muito maior do que o número de horas que os homens dedicam para estes afazeres e este número aumenta na medida em que a família tem um maior número de filhos. Ou seja, há um aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho, porém o número de mulheres que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico é grande, sendo que o aumento da escolaridade entre as mulheres é um dado importante para o seu ingresso no mercado de trabalho formal e independência financeira. Já as que estão

empregadas, enfrentam a carga da dupla jornada, trabalho produtivo, mais trabalho reprodutivo (YANNOULAS, 2013).

As diferenças de atividades a serem destinadas como naturalmente femininas e naturalmente masculinas se centram na ideia dos atributos naturais específicos de cada um dos sexos. “Assim, os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina” (SOUZA-LOBO, 1991, p.148-149). Cappellin (2008) utiliza a metáfora “céus e paredes de chumbo” ao verificar que existem setores laborais específicos ocupados por mulheres e sua ascensão a altos cargos é uma situação parca. Os salários das mulheres também continuam menores que o dos homens, o que denota uma diferenciação do valor atribuído socialmente para o trabalho de homens e de mulheres (YANNOULAS, 2013).

O que se tem percebido atualmente é um discurso crescente sobre uma ascendente participação das mulheres no mercado formal, entretanto, a complexidade da discussão se centra em avaliarmos, além da quantidade, a forma como a participação das mulheres tem se dado nas práticas sociais e simbólicas, ou seja, o aspecto qualitativo da inserção de mulheres no mercado de trabalho (YANNOULAS, 2013).

As formas de exploração do trabalho foram sendo aprimoradas desde então, sendo os modelos taylorista e fordista, exemplos emblemáticos de organização da produção, de modo a obtenção de uma maior eficiência e eficácia no processo de trabalho. O processo de produção em massa, caracterizado pelas linhas de montagem vai sendo sobreposto pelo modelo toyotista. Este modelo emerge devido à inserção de novas tecnologias à produção, como a automação, a robótica e a microeletrônica, trazendo profundas mudanças ao cenário laboral, denominada como Terceira Revolução Industrial (CARELLI, 2004).

As principais mudanças no processo de trabalho ocorrem com a flexibilização, a desconcentração e a desterritorialização do espaço físico e produtivo (ANTUNES, 2002). A necessidade das empresas em se adequarem a um cenário neoliberal mais competitivo, evidenciado pelo livre mercado, modifica inclusive os modos de contratação dos trabalhadores. Aumenta-se o número de pessoas no setor de serviços, o trabalho precarizado, as terceirizações, subcontratações e os contratos de meia jornada, *part-time* (ANTUNES, 2002).

A flexibilização do trabalho pode ser representada por diversos aspectos: a flexibilização dos contratos, salarial, sendo que as empresas buscam espaços com legislações trabalhistas benéficas, reduzindo os custos de produção. E a flexibilidade de emprego e de habilidade, que demanda um profissional que esteja disposto a mudar frequentemente de

posição e de empresa e que tenha a capacidade de se ajustar facilmente de acordo com as competências exigidas no momento (STANDING, 2014). A flexibilidade no mercado de trabalho propulsionou a criação daquilo que Guy Standing (2014) denomina de “precariado global”. O precariado consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade”. Sem buscar uma definição restrita e considerando como uma classe em formação, Standing (2014) compreende que o precariado engendra as pessoas sem nenhum tipo de contrato social ou acordos formais que lhes coloquem em situação de seguridade dos aparatos sociais do Estado. A precariedade também propicia a falta de uma identidade segura baseada no trabalho, tanto como dificulta o projeto baseado em uma carreira. O autor citado considera que as pessoas que mais têm ingressado no precariado são as mulheres e os jovens.

No cenário da reestruturação produtiva, marcado pela instabilidade, Standing (2014, p.98) aponta que “se o trabalho flexível significa mais empregos de curta duração, isso quer dizer que há poucas vantagens nos empregos tidos como masculinose vistos – correta e incorretamente – como empregos que oferecem compromisso de longo prazo”. O autor considera que as mulheres estão mais propensas a ocuparem postos com contratos temporários, em tempo parcial, ou até mesmo sem nenhum tipo de contrato.

Conforme discute Standing (2014), os dados brasileiros também apontam que há o predomínio de mulheres nos contratos com menor carga horária. Além da discussão sobre os contratos, percebemos uma dinâmica de alteração setorial, em que existe a diminuição do trabalho nas indústrias e o aumento da representatividade do setor de serviços, com uma participação crescente de mulheres neste setor. Para Antunes (2001), o que ocorre é um processo de desproletarização do trabalho fabril, em que a classe operária industrial diminui e aumenta o trabalho assalariado no setor de serviços, que até há alguns anos era considerado residual em relação ao global da economia. Após a nova reestruturação produtiva e o advento das novas tecnologias as atividades de serviços vem sofrendo mudanças consideráveis.

Situamos algumas características do trabalho de mulheres no mercado capitalista que dispõe de um maior número de discussões e estudos, porém, falar em mulheres é compreender as diferenças que existem dentro da própria diferença (PINSKY; PEDRO, 2003). Estas diferenças encontram-se na raça/etnia, classe social, cultura e local de origem, como no caso deste estudo, as mulheres rurais. Deste modo, o

tópico a seguir abordará teoricamente as especificidades do trabalho feminino no contexto rural.

Relacionar a situação de mulheres trabalhadora urbanas com mulheres trabalhadoras rurais no rural parece uma discussão que caminha por vias diferentes, porém o entendimento aqui adotado é que o rural não consiste apenas em um local geográfico, isolado de tudo e de todos; o rural é um espaço com configurações sociais específicas e, acima de tudo, um espaço de vida. Sobre as mudanças nas dinâmicas do rural, Wanderley afirma que “internamente, o meio rural sofrerá um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade.” (WANDERLEY, 2009, p. 212).

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, no rural, as mulheres, que ocupam, em grande medida, um lugar secundário na divisão das atividades rurais, reconhecimento, remuneração e acesso à propriedade de terra. Em 1987, a pesquisadora Maria Ignez Silveira Paulilo, publicou um artigo com o título “o peso do trabalho leve”, fazendo uma provocação sobre a ideia que se tinha propagada socialmente ao longo do tempo, que mulheres e crianças desempenhavam tarefas consideradas mais “leves” na agricultura, pois eram adequadas a sua “natureza”. Para Paulilo (1987), a atividade era qualificada não pela atividade em si, mas por quem a executava, no caso, mulheres e crianças. Deste modo, nas propriedades familiares rurais é difícil separar o que seria o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, entretanto existe a compreensão de que o trabalho produtivo seria aquele que produz um valor de troca, ou seja, mais valia. A remuneração era determinada também em função das atividades serem consideradas “pesadas” (realizadas por homens, com maior remuneração), ou “leves” (realizadas por mulheres, com menor ou sem remuneração). Como a atividade em si não era a questão determinante, na prática, mulheres e crianças, sempre realizaram diversos trabalhos na esfera doméstica e na lavoura, que despendiam de esforço físico e longo tempo de dedicação. A valorização do trabalho no rural se associa a posição hierárquica ocupada, na família, por quem realiza o trabalho.

A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos

fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar (PAULILO, 1987, p. 7).

Isto se reflete na transmissão do patrimônio da família, situação em que as mulheres acabam sendo excluídas do processo de herança. Conforme Carneiro (2001) situa a reflexão, em uma sociedade que tem o trabalho agrícola como ponto central, o principal bem a ser transmitido é a terra.

Nestes termos, a transmissão do patrimônio e as demais regras de acesso à terra refletem não somente as condições sociais e econômicas das famílias, mas também a hierarquia interna destas últimas, e consolidam relações desiguais entre os indivíduos no interior do grupo familiar e na sociedade. Particularmente, reforçam posições diferenciadas entre os gêneros. (CARNEIRO, 2001, p.23).

Carneiro (2001), ainda, detalha a lógica que permeou por muito tempo a transmissão de terra na cultura camponesa, na qual geralmente a mulher não participava do processo sucessório, já que não herdava terras. As terras eram geralmente destinadas aos filhos homens e as filhas mulheres tinham três possibilidades: o casamento, a vida religiosa ou o celibato civil. No caso de um casamento, a moça “perdia direito à herança da terra devido ao fato de sair da casa paterna e, portanto não contribuir, com o seu trabalho, para a renda familiar, a qual era convertida, sempre que possível, em mais terras” (CARNEIRO, 2001, p. 34).

Outro fator que também contribuiu para a exclusão das mulheres da atividade agrícola foi a modernização da agricultura, que diminuiu a necessidade de pessoas para realizarem as atividades na produção. Nesta transição, os homens se apropriaram das novas tecnologias e com o manejo de uma produção tecnificada, além de continuarem sobre suas responsabilidades as atividades de gestão da lavoura na esfera pública, como negociações com bancos, fornecedores e administração dos recursos financeiros (BRUMER, 2004). Frente a isso, alguns trabalhos têm apontado uma tendência no Brasil denominada de “masculinização do campo” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS,

2005; SCOTT, 2010; FROEHLICH et al., 2011), visto que dados demográficos analisados nestes estudos apontam a ocorrência de uma seletividade no processo migratório caracterizado por uma maior migração de pessoas jovens, com predomínio do sexo feminino.

As transformações ocorridas nas últimas décadas transformou profundamente a vida no campo. Com o advento da tecnologias, novas atividades estão sendo incorporadas, delineando novas configurações para as perspectivas de futuro de mulheres e jovens. Schneider (2003) definiu estas mudanças como atividades pluriativas, ou seja, situações sociais em que os membros de uma família residente no meio rural passam a exercer atividades econômicas produtivas fora da agricultura e das unidades de produção. Alguns estudos recentes têm evidenciado e presença da pluriatividade nas propriedades agrícolas familiares (BATTESTIN, 2009; CORADINI, 2011; COSTA, 2006; COSTA, 2010; DEGGERONE, 2013; JOSÉ NETO, 2011; PIMENTA, 2006; SILVA, 2011; WEIHEIMER, 2004; 2009), sendo que, na maioria das vezes, as mulheres saem para trabalhar fora das propriedades rurais.

Muitas mudanças relacionadas com o papel feminino na sociedade estão ligadas à inserção da mulher no mercado e à valorização das atividades domésticas enquanto trabalho. Nesse sentido, a pluriatividade ganha importância no meio rural ao possibilitar uma alternativa à atividade agrícola (especialmente para jovens e mulheres), a qual proporciona maior valorização do trabalho realizado, maior autonomia e maior socialização quando exercida fora da propriedade. (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 186).

Visto que a pluriatividade pode ser uma estratégia importante para a reprodução social da agricultura familiar na atualidade, algumas mulheres têm encontrado no mercado de trabalho formal maior autonomia financeira, auxiliando inclusive nas despesas/manutenção da produção, assim como autonomia.

Conforme Brumer (1996, p.40) assinala, o grau de desenvolvimento dos países e regiões relaciona-se diretamente com “as mulheres se inserem na divisão do trabalho e dos bens sociais e com as possibilidades existentes para elas nessas sociedades.” Portanto, apesar de o papel produtivo da mulher estar tomando aos poucos maior

visibilidade, a luta precisa ser permanente no que tange à forma de inserção das mulheres no espaço de trabalho, garantia de direitos e igualdade de remuneração, divisão desigualitária do trabalho doméstico, dentre outras demandas pertinentes. Argumenta-se, então, que as relações desiguais entre homens e mulheres no que se refere ao trabalho irão interferir no modo como as jovens filhas de agricultores irão traçar seus projetos profissionais e de vida.

4 PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS UNIVERSITÁRIAS E A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Um dos traços importantes que configuram o período denominado juventude é a possibilidade de traçar um projeto profissional e de vida que se relacionem aos anseios pessoais do indivíduo e de uma coletividade. Cabe ponderar que as escolhas feitas pelos/as jovens, seus projetos de vida e profissionais não são apenas direcionadas por uma intenção individual, mas emergem como condições de possibilidade em um contexto coletivo mais amplo. “A construção de identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto de diferentes ‘mundos’ ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito.” (VELHO, 1994, p. 33).

Gilberto Velho (1994) explica que a revolução industrial e as transformações ocorridas no que tange a organização do trabalho e das novas metrópoles, além da globalização dos mercados trouxeram um modelo de sociedade complexa. A heterogeneidade cultural é uma característica da sociedade atual, assim como o surgimento de subjetividades individualizadas; neste emaranhado de referências culturais, o indivíduo torna-se livre para unir os elementos que farão parte da sua constituição identitária.

Os projetos individuais estão associados a projetos coletivos, muitas vezes pensados coletivamente no interior das famílias e nos grupos sociais, o que, dentre outros fatores, delimitam o campo de possibilidades no qual o projeto poderá ser pensado. Neste sentido, alguns marcadores sociais também contribuirão neste processo; “o projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração” (VELHO, 2003, p. 41). O lugar onde este indivíduo vive, as características econômicas, sociais, políticas, entre outras, irão compor o universo de possibilidades de futuro que poderá ser escolhido enquanto intencionalidade.

No campo da escolha profissional, compreende-se o indivíduo como aquele que não é totalmente livre para fazer sua escolha, assim como esta escolha não é uma escolha meramente individual, uma vez que ele não está dissociado de seu meio social e cultural. Para Bock (2002), a própria liberdade de escolha é relativa, visto que, de acordo

com a classe social de origem, o indivíduo também terá maior ou menor possibilidade de escolha. Deste modo, rompe-se com a ideia de que o indivíduo é um simples reflexo da sociedade, ou independente e autônomo dela; indivíduo e sociedade se constituem em relação.

Para Almeida e Magalhães (2011), mais do que um projeto profissional, também, escolhe-se hoje um projeto de vida. Esta necessidade surge a partir de meados do século XX, quando o indivíduo passa a ter a possibilidade de escolher o seu futuro, a partir disso ele passa a elaborar projetos.

A nova ordem social, inaugurada com o advento do capitalismo, promove o desenvolvimento do trabalho assalariado, que modifica a função econômica da família, assim como a relação desta com o trabalho é principalmente a partir da Revolução Industrial que passa a prevalecer a ideia de “o homem certo no lugar certo”, visando uma maior produtividade (ALMEIDA; MAGALHÃES, 2011, p. 206).

Se até então era quase certo que os filhos iriam seguir a carreira dos pais, dando continuidade às atividades principais da época, como a agricultura e comércio, a complexidade do modelo industrial trouxe a exigência de mão de obra qualificada para postos diferenciados, abrindo a possibilidade dos indivíduos escolherem novas carreiras.

Partindo de uma concepção sócio histórica acerca da constituição dos sujeitos, não se desconsidera também que quando o indivíduo pensa no seu futuro, ele não o faz de forma isenta de referências. A perspectiva sócio histórica emergiu das discussões em psicologia que buscavam compreender a relação entre o objetivo e subjetivo. Tem como base a psicologia histórico-cultural de Vigotsky que critica o reducionismo do comportamentalismo⁸, buscando compreender o sujeito a sua relação ativa com contexto social e histórico (BOCK; GOLÇALVES; FURTADO, 2001).

O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social. Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a

⁸ Também conhecido como behaviorismo, corrente da psicologia criada por Skinner, que entende o comportamento como o conjunto de respostas do indivíduo a estímulos externos, que é aprendido através de reforços.

expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em processo de conversão do social em individual; de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo. (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001, p. 23).

Visto esta premissa, entende-se que o processo de escolha profissional não é algo que ocorre tendo por base habilidades inatas do indivíduo e nem de que sua escolha é totalmente livre. A sua escolha profissional das jovens entrevistadas, assim como seu projeto irão se delinear de acordo com o conjunto de possibilidades sociais, econômicas do momento histórico e do local onde se situam. Ao mesmo tempo, são sujeitas ativas no seu processo, “o sujeito com que se trabalha é um ser ativo e transformador do mundo; é um ser posicionado que intervém em seu meio social” (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2010, p. 31). A forma como o indivíduo se projeta para o campo do trabalho, geralmente, não parte de um dom inato, mas irá surgir a partir das relações sociais que o indivíduo vai formulando. Para Bock (2002, p. 78), “ao escolher uma forma de se envolver no mundo de trabalho bem como a atividade que vai desenvolver, a pessoa mobiliza imagens que adquiriu durante sua vida”.

Considerando a perspectiva teórica apresentada, para contextualizar o cenário em que são delineados os projetos das jovens entrevistadas, na sequência, apresenta-se a conjuntura da agricultura do universo estudado, assim como a caracterização das propriedades, a composição familiar, dentre outros aspectos objetivos e subjetivos que emergem de suas narrativas e se mostraram como de fundamental relevância para seus planejamentos profissionais e de vida.

4.1 A AGRICULTURA NO SUL CATARINENSE E AS PROPRIEDADES FAMILIARES

Foi intuito nesta pesquisa buscar pelas jovens entrevistadas na própria universidade e, deste modo, não se optou por focar em critérios que refinassem a busca de propriedades com características específicas de tamanho e produção. De qualquer modo, quando se trata da temática agricultura, especificamente, da agricultura familiar, sabe-se que cada região possui algumas peculiaridades de acordo com o território

geográfico, aspectos sociais e culturais de sua população. Sendo assim, inicialmente, apresenta-se uma breve caracterização da agricultura no sul catarinense.

Santa Catarina é um estado que tem sua constituição populacional proveniente da existência das primeiras tribos indígenas - Guarani, Kaingang e Xokleng; da colonização açoriana na região litorânea e da chegada dos imigrantes europeus no final do século XIX, especialmente, italianos, alemães e poloneses (GOULARTI FILHO, 2007).

Inicialmente, a produção de alimentos em Santa Catarina estava ligada às atividades agrícolas desenvolvidas pelos açorianos, como o cultivo da cana-de-açúcar, para a fabricação de aguardente e do melado; da mandioca, para a fabricação de farinha e do polvilho; do arroz, do café e as atividades pesqueiras. Com a vinda da segunda leva de imigrantes, nos meados do século XIX, começam a surgir novos produtos alimentícios como a banha, na tradição dos imigrantes italianos, que eram pequenos camponeses. (GOULARTI FILHO, 2007, p.96).

Contemporaneamente, o setor agrícola contribui diretamente com 6,9% na formação do Produto Interno Bruto Catarinense. Santa Catarina também ocupa o sexto lugar na produção de alimentos do país, sendo um grande exportador de produtos agrícolas, especialmente, carnes, frutas, fumo e produtos do setor florestal (SANTA CATARINA, 2010).

O Censo Agropecuário de 2006 demonstrou que o número de estabelecimentos de Agricultura Familiar (conforme a Lei no. 11.326), em Santa Catarina, era de 168.544, sendo que o de “Não familiar” representou apenas 25.119 dos estabelecimentos (IBGE, 2006). O documento também apresenta comparativos de produção entre propriedades de agricultura familiar e de não familiar, analisando os diversos produtos. Pode-se observar nestes dados que a agricultura familiar concentra o número maior de propriedades e rendimento em todas as produções agropecuárias. A exceção consta na produção de aves, a qual, apesar de possuir um número maior de estabelecimentos da agricultura familiar, o valor da produção é inferior ao de produção não familiar (IBGE, 2006). Isto pode estar associado à instalação dos grandes complexos agroindustriais no estado a partir da década de 1960, principalmente no segmento de carnes, cuja principal característica é a “instalação de médias e grandes agroindústrias em determinados

municípios ou regiões, que terão os agricultores locais como os principais fornecedores de matéria-prima.” (SCHIMIDT, 2003, p.266).

Como destacado, os sujeitos de pesquisa foram jovens universitárias, filhas de agricultores familiares, residentes em municípios das microrregiões da AMREC e AMESC. Na região sul catarinense, prevalece a presença da imigração italiana, assim como as características peculiares de sua agricultura. Diferente de outros estados do sul do Brasil, onde há predomínio da agricultura voltada para a monocultura em grandes extensões de terra, o sul catarinense é caracterizado por pequenas propriedades de agricultura familiar. No sul de Santa Catarina, a concentração fundiária é menor do que no Brasil e em Santa Catarina (MIOR et al., 2014). Abaixo é apresentada uma tabela com a caracterização da produção agrícola e pecuária das regiões da AMREC e AMESC.

Tabela 1 – Produção agrícola municipal – AMREC (2012)

AMREC			
Principais Produtos Agrícolas	Quantidade produzida (toneladas)	Pecuária	Quantidade produzida
Arroz	140193	Avicultura	8.343.187 cabeças
Milho	49987	Suinocultura	119666 cabeças
Batata Inglesa	22542	Bovinocultura	102021 cabeças
Cana de Açúcar	20830	Leite de vaca	37298 ml
Banana	19189	Ovos de Galinha	10.896 mil dúzias
Fumo	17045	Mel de abelha	688.000 kg
Mandioca	9875		
Feijão	3656		
Laranja	2034		
Uva	1281		
Tomate	792		
Pêssego	624		

Batata Doce	455		
Cebola	146		
Maracujá	60		
Caqui	54		

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2012b).

Tabela 2 – Produção agrícola municipal – AMESC (2012)

AMESC			
Principais Produtos Agrícolas	Quantidade produzida (toneladas)	Pecuária	Quantidade produzida
Arroz	368.163	Avicultura	12.364.13 9 cabeças
Banana	45240	Bovinocultura	90.051 cabeças
Milho	25.774	Suinocultura	21.168 cabeças
Mandioca	19.660	Leite de vaca	7036 ml
Fumo	16.908	Ovos de Galinha	18.214 mil dúzias
Laranja	1.800	Mel de abelha	49.700 kg
Maracujá	4446		
Feijão	481		

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2012b).

No que se refere à produção agrícola, o arroz desponta com a produção mais representativa nas duas regiões, tendo como destaque os municípios de Turvo e Jacinto Machado na região da AMESC e os municípios de Forquilha e Nova Veneza na AMREC. Observa-se também uma diversidade maior de produtos agrícolas na região da AMREC e a participação forte da avicultura nas duas regiões.

De acordo com Mior et al. (2014), de 1990 a 2012, houve uma expansão da área plantada de arroz irrigado e a consequente redução das áreas dedicadas ao plantio de feijão, mandioca e milho. No caso do fumo, também foi percebida uma redução de área dedicada ao seu

cultivo, sendo a região de maior redução no estado de Santa Catarina. Duas das entrevistadas mencionaram que a família já produziu o fumo, porém buscou a mudança de atividade devido às dificuldades encontradas nesta produção. As dificuldades mencionadas se centram no cumprimento das exigências das fumageiras à produção. Nestas duas propriedades, as famílias mudaram da produção do fumo para a atividade pecuária de criação de gado.

Mior et al. (2014) consideram que, apesar de tradicionalmente a agricultura desta região estar associada ao autoconsumo e a venda de pequenos excedentes, a partir das décadas de 1960 e 1970, esta característica vem mudando e os agricultores têm se integrado a novas cadeias de produção e comercialização. No caso das propriedades e unidades de produção das famílias das jovens entrevistadas, a caracterização foi elaborada de acordo com o relato das próprias jovens, sendo que alguns dos números, como tamanho da propriedade, renda obtida com a produção, em alguns casos não poderão ser ilustrados de maneira exata, mas trazendo uma estimativa.

De acordo com a descrição das jovens, o tamanho das propriedades varia de 1 a 80 hectares, sendo que as principais produções como fonte de obtenção de renda são o arroz, fumo, banana, abacaxi, feijão, milho, eucalipto, criação de gado de leite e de corte e, em uma das propriedades, a panificação. Além dos produtos para comercialização, grande parte das entrevistadas mencionou a produção de alimentos para a subsistência, envolvendo a horta e criação de animais. Inclusive, são distribuídos para os filhos que não moram mais na propriedade dos pais.

Quanto à renda obtida, muitas entrevistadas não souberam responder ao certo o valor da composição da renda familiar. Das que responderam, a renda bruta mais alta foi de uma propriedade de produção de arroz, com o valor total de 800 mil reais ao ano. A renda mais baixa foi de uma propriedade de gado leiteiro, com o valor de R\$1.500,00/mês, sendo que foi a propriedade com menor tamanho em hectares e na qual o pai exerce atividade remunerada fora da propriedade para auxiliar na renda familiar.

O processo de exclusão de alguns produtores rurais, devido à modernização e o aumento da escala de produção de algumas culturas, como a do arroz, por exemplo, assim como a ampliação da demanda de compra de alimentos por uma população urbana da região, têm motivado a criação de pequenas agroindústrias que se tornam fonte principal de renda para diversas famílias. Visto esta nova realidade, os agricultores da região vêm resistindo as implicações deste processo e

buscando formas de inserção em cadeias alimentares curtas (SCARABELOT, 2012), por meio da participação em feiras, casas coloniais, cooperativas e marcas coletivas. Dentre as famílias das jovens entrevistadas, quatro propriedades estão vinculadas a cooperativas da região: duas com a comercialização de panificados, uma de leite e a última com a comercialização de banana orgânica.

Quanto às tecnologias utilizadas na produção, destaca-se uma alta tecnificação nas propriedades com plantio de arroz, sendo listados os usos de tratores, tratores autopropelidos para semear e pulverizar arroz irrigado, mais conhecidos como, chupa-cabra, colheitadeiras, e ceifadeiras. Nas propriedades com plantio de fumo, além dos tratores também foi mencionada a utilização de estufas, grampeadeiras e máquinas de plantio. Nas propriedades com produção de panificados, foram elencadas tecnologias utilizadas pelas mães nestas atividades, como fornos industriais, cilindro elétrico, masseira, dentre outras.

O quadro abaixo apresenta de forma detalhada o tamanho das propriedades das famílias das entrevistadas, as atividades desenvolvidas e tecnologias utilizadas.

Quadro 3 - Caracterização das propriedades das famílias das entrevistadas (área, atividades realizadas e tecnologias utilizadas).

	Área da Propriedade	Atividades desenvolvidas na propriedade	Tecnologias Utilizadas
E1	30 ha	Arroz e criação de animais e horta para subsistência	Trator, chupa-cabra, ceifadeira
E2	1 ha	Fumo; criação de gado e plantação de milho pra subsistência	Trator e estufa
E3	70/80 ha	Arroz e horta para subsistência	Trator, ceifadeira, a plantadeira, chupa-cabra, bomba
E4	25ha	Arroz e panificação	Colheitadeira, tratores, braseiro. Na panificação dois fornos pequenos, um forno industrial, uma máquina pra fazer bolacha, a masseira, um cilindro elétrico, uma balança.
E5	8ha	Transição da cultura do fumo para criação de gado leiteiro. Também tem a renda do aposento que compõe a renda familiar	Ordenhadeira
E6	11ha	Banana e criação de gado. Arrendam terra e tem algum plantio pra subsistência	Climatizadora, trator e arado

E7	4,5 há	Abacaxi, feijão, milho e panificação	Máquinas pra fazer docinhos e forno
E8	25 há	Banana. Horta e animais pra subsistência	Trator, pulverizador
E9	6 há	Fumo, feijão e milho	O uso do trator, da estufa, da grampeadeira e da máquina de plantar.
E10	20 ha	Eucalipto, gado. Horta e animais pra subsistência	Moedor de cana, motosserra
E11	10ha	Arroz. Milho e horta para subsistência.	Trator e máquinas específicas pra o cultivo de arroz
E12	10ha	Transição da cultura do fumo para criação de gado de corte. Também arrenda terra.	Não mencionado

Fonte: Pesquisa de campo (2015/1).

4.2 COMPOSIÇÃO FAMILIAR E A DIVISÃO DO TRABALHO NA PROPRIEDADE: (IM)POSSIBILIDADES DE FICAR NO RURAL

Conforme assinala Wanderley (2003), a agricultura camponesa é caracterizada por uma forma específica de organização social, onde a produção é gerida pela família, especificamente o modelo tradicional de família nuclear. Isto pode ser percebido conforme o relato das jovens sobre a composição de suas famílias. Na maioria dos casos, ainda, o casal e seus filhos residem na propriedade rural. A composição também se difere de algumas gerações anteriores em que o número de filhos por casal era muito maior, o que reflete adoção de mudanças nos padrões sucessórios. A tabela abaixo detalha melhor o número de pessoas por família, suas idades e local de residência.

Quadro 4 – Caracterização das famílias das entrevistadas

Entrevistada	Composição familiar	Idade dos pais
E1	Reside na propriedade com o pai, a mãe e um irmão com 12 anos.	Mãe, 44 anos; pai 46 anos.
E2	Reside em Criciúma. Na propriedade, residem o pai a mãe. Tem 2 irmãs mais velhas que não residem mais na propriedade	Mãe, 54; pai 55.
E3	Reside em Criciúma. Na propriedade rural, residem o pai, a mãe e irmão com 27 anos.	Não informado
E4	Reside na propriedade com o pai, mãe e uma irmã mais velha.	Mãe, 47; pai (não informado)

E5	Reside em Criciúma. Na propriedade rural, residem o pai, mãe e irmão com 22 anos.	Mãe, 53 anos; pai, 66.
E6	Reside na propriedade com o pai, a mãe e uma irmã com 15 anos.	Mãe, 50 anos; pai, 59 anos
E7	Resido com o pai, a mãe e um irmão com 28 anos.	Não informado
E8	Reside no município de Jacinto Machado. Na propriedade, residem o pai, a mãe, uma irmã com 16 anos e um irmão com 15 anos.	Mãe, 41 anos; pai 42 anos.
E9	Reside na propriedade com o pai, a mãe e um irmão com 7 anos.	Mãe, 43 anos; pai 50 anos.
E10	Reside com uma irmã mais velha em Criciúma. Na propriedade rural, residem o pai, a mãe e a avó paterna com 85 anos; além do irmão mais velho e sua família que residem na propriedade, porém em outra casa. Tem outra irmã mais velha que não reside mais na propriedade.	Mãe, 57 anos; pai 63 anos.
E11	Reside com a irmã mais velha em Criciúma. Na propriedade rural, residem o pai, a madrastra e um irmão com 22 anos.	Madrastra, 50 anos; pai 57 anos.
E12	Reside na propriedade com o pai, a mãe e uma irmã de 13 anos. Tem uma irmã mais velha que não reside mais na propriedade.	Mãe, 46 anos; pai 48 anos.

Fonte: Pesquisa de campo (2015/1).

As famílias das jovens entrevistadas, em grande parte, são compostas pelos pais e, em média, dois ou três filhos; sendo a família da entrevistada 10 a com maior número de filhos, quatro. É notório que, na maioria dos casos, os pais se encontram em idade produtiva, o que poderia dificultar a sucessão, conforme discute Abramovay et al. (1998, p.71): “o aumento na expectativa de vida profissional dos pais amplia o período de contato adulto com os filhos”. Entretanto, esta nova realidade demográfica, não se reflete no compartilhamento e transmissão da gestão a propriedade, que ainda acaba centrada na figura do pai, desestimulando os filhos jovens a continuar empenhando seu futuro profissional na atividade rural familiar.

No caso das moças que não residem mais na propriedade, conforme seus relatos, a saída da casa dos pais foi motivada pelo ingresso na universidade. As dificuldades de locomoção entre a propriedade, o local de estudo e trabalho, foram fatores decisivos para saída de casa; porém, conforme os relatos, esta residência é considerada como uma residência transitória, já que nos finais de semana é comum as jovens retornarem à casa dos pais, mantendo vínculo com o lar, família, amigos e a comunidade. Algumas destas jovens possuem atividades remuneradas, como emprego e estágios e projetos da própria

universidade que as permitem custear parte das despesas com moradia, alimentação e educação. As jovens cuja renda obtida com esta atividade não é suficiente para cobrir estes custos, a família apareceu como grande incentivadora, auxiliando com tais custos.

A narrativa a seguir demonstra as dificuldades encontradas por uma das entrevistadas para se deslocar diariamente até a universidade como um fator importante para sua mudança de residência.

Porque na verdade eles não queriam que eu viesse embora, eles queriam que eu viesse todos os dias, mas como é no período vespertino, não tem ônibus. Era um transtorno enorme. Eu saía às 11:20 da manhã de casa e chegava de volta às 9 horas da noite. Eu não tinha tempo pra estudar. Era bem complicado. Aí como eu já tinha uma colega que morava aqui, a Joana*, aí a gente pegou [...], eu peguei e vim embora com ela, daí a gente divide apartamento, teve outra menina também que dividiu, agora daí a menina foi embora, a gente trocou por outra, daí é bem melhor. (Entrevistada 2, Curso de Geografia).

Pode-se analisar neste relato que o desejo desta jovem em dar continuidade ao seu curso de graduação permitiu que, mesmo contra a vontade da família, ela saísse da residência dos pais. É uma estratégia das jovens residirem com colegas ou com outros familiares que residam em Criciúma, o que contribui para minimizar as despesas com moradia. Além disso, fica claro em muitas das narrativas que a mudança de cidade não consiste necessariamente num projeto fixo de saída definitiva da residência dos pais, mas como algo transitório, necessário para o período em que estão cursando a graduação.

Já a entrevistada 8 não reside em Criciúma, mas também precisou sair da casa dos pais devido ao deslocamento à universidade. No município de residência é disponibilizado um ônibus gratuito que transporta os estudantes todos os dias até à universidade. Porém como a propriedade dos pais fica muito afastada dos pontos onde passa o ônibus, além de seu local de trabalho também ficar longe, a jovem precisou sair da casa dos pais. Em algumas cidades das regiões da AMESC e AMREC, as prefeituras disponibilizam ônibus gratuito para os universitários que estudam em Criciúma. Metade das entrevistadas

reside na casa dos pais e fazem o deslocamento para a universidade diariamente.

No que se refere à divisão do trabalho nas propriedades, ficou evidenciado, de acordo com os relatos das jovens, que as atividades na agricultura são realizadas, predominantemente, pelo pai e as atividades da mãe são mencionadas como ajuda, conforme os trechos que seguem.

E aí, como eu falei, é mais às vezes assim de ajudar, mas tem envolvimento bem difícil. Lá onde a gente mora as mulheres não trabalham muito. Normalmente mulher que trabalha junto é quando planta fumo. Porque daí eles, no caso, vão ajudar a escolher, essas coisas assim. Daí no arroz, as mulheres normalmente, o que elas fazem é às vezes buscar, assim, eles estão lá na roça, precisa buscar, precisa levar, aí elas ficam em função disso e almoço que precisa fazer pra eles, tem que levar na roça e trazer, mas trabalhar mesmo lá é difícil assim, só às vezes, quando quer uma ajudinha, aí é mais simples. (Entrevistada 1, curso de psicologia).

Ela cuida da horta, da casa, às vezes ajuda o pai, quando precisa pegar alguma criação, essas coisas assim (Entrevistada 5, curso de letras).

Ela ajudava tanto a fazer as coisas de casa, cuidava dos filhos, que eram os meus irmãos, e também ajudava na agricultura, na cana com o meu pai. (Entrevistada 10, curso de pedagogia).

Ela ajuda... ela faz o serviço da casa e no arroz eu acho que não, ela só leva comida pra eles e tal. (Entrevistada 11, curso de direito).

Percebe-se forte a ideia do trabalho da mulher no rural como ajuda ao trabalho masculino. Como visto, aos homens cabe o trabalho considerado mais “pesado”, produtivo e as mulheres o trabalho “reprodutivo”, na esfera doméstica, sendo chamada à lavoura quando se necessita de ajuda. Cabe refletir de que modo o trabalho feminino é

percebido socialmente, assim como a invisibilidade do um trabalho reprodutivo.

O trabalho realizado pela mulher nas propriedades é de extrema importância, como nos casos relatados acima, em que a mulher tem papel ativo na reprodução da força de trabalho e no cuidado da família. Esta questão se encontra na base da discussão sobre a divisão sexual do trabalho, conforme definem Hirata e Kergoat (2007, p. 599), “tem como características a desigualdade prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado.”

A narrativa seguinte expõe a divisão sexual do trabalho na agricultura, na qual o trabalho da mulher é o “de dentro” e o do homem é o “de fora” da casa.

Essa parte da agricultura quem faz mais é meu pai assim. Essa parte assim que é fora de casa. Porque também já tá mais acostumado e já tá mais acostumado a acordar cedo. A minha mãe fica mais com a parte de casa, até porque eles cuidam da minha nona também. Não sei se é importante falar essa parte, mas... e daí ela tem que ficar mais em casa com a minha vó, que é a mãe do meu pai que já tá mais velha, tá com 85 anos. Então não dá pra ela ficar saindo muito de casa pra fazer as coisas na rua. É mais o meu pai que faz essa parte. Meu pai, a minha cunhada e o meu irmão. (Entrevistada 10, curso de pedagogia).

Percebe-se uma naturalização a respeito de que “as coisas na rua”, são considerados os trabalhos realizados pelos homens e o trabalho de casa, que está associado às atividades de reprodução da família que envolvem o cuidado, de responsabilidade da mulher. Marcondes (2013) pondera que o cuidado é uma atividade que configura socialmente como sendo atribuição essencial feminina e apesar de ser de extrema relevância social, este trabalho é invisível, visto como “não trabalho”.

Nas entrevistas, também pode ser observada a ausência de reconhecimento da mãe como trabalhadora rural ou como agricultora. Ao serem questionadas sobre o que a mãe fazia, muitas responderam que a mãe era dona de casa, mesmo realizando atividades que contribuíssem para as atividades produtivas realizadas na propriedade. Uma das entrevistadas relatou que a mãe era aposentada como

agricultora, que trabalhou na lavoura desde jovem, porém em diversos momentos em que se referia à atividade da mãe, evidenciava-se o caráter de ajuda nas atividades.

A condição histórica de ausência de reconhecimento das mulheres na agricultura enquanto trabalhadoras e cidadãs de direitos contribuem com este cenário. Cabe ressaltar que o reconhecimento da profissão trabalhadora rural se apresenta como resultado de lutas empreendidas por movimentos sociais. Em 1994, a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR – Sul) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) lançaram uma cartilha intitulada “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, com o intuito de informar e orientar as trabalhadoras sobre o seu direito de possuir um registro civil e um registro de trabalhadora. “As informações veiculadas na cartilha de formação demonstram que a posição trabalhadora rural precisou ser construída e politicamente reconhecida” (SALVARO; LAGO; WOLFF 2013, p.51). As falas das jovens ressoam o difícil processo de constituição identitária da mulher trabalhadora, na luta pelo seu reconhecimento enquanto cidadã de direitos.

Outra questão que se coloca no interior da hierarquia familiar rural é a divisão sexual e geracional do trabalho. Se a expressão “jovem rural” já é carregada de um peso hierárquico de inferioridade, ser jovem rural e mulher representam uma inferioridade hierárquica ainda maior (CASTRO, 2006). A exclusão das jovens das atividades agrícolas é transparecida nas narrativas, sendo que algumas retratam perceber que sua atividade não se mostra necessária.

Assim, na roça mesmo pra ajudar não. Nunca foi necessário, assim. Mas assim, gostava de ir pra se divertir, mas não pra ajudar a trabalhar, porque nunca foi necessário que a gente... mesmo porque o meu pai tem um empregado que ajuda ele na roça, então sempre foi ele e o empregado ou ele e mais dois e só. (Entrevistada 4, curso de fisioterapia).

Fica evidente neste relato que o trabalho na lavoura não se destina à filha, neste caso, às filhas, pois se trata de uma família com duas filhas mulheres. A escolha da família é de contratar trabalhadores, não utilizando exclusivamente força de trabalho intrafamiliar. Nas famílias das jovens que tinham irmãos, os depoimentos retrataram a

percepção das jovens de que o irmão “ajuda mais”, porém ainda assim, é o trabalho considerado como ajuda.

Como a principal atividade produtiva do pai é o plantio de arroz, isto pode ser considerado um dado relevante, já que se trata de uma produção com implantação de alto grau tecnológico. Apesar do cultivo de arroz irrigado na região sul catarinense se caracterizar pelo uso de uma área maior, assim como ter alta produtividade, o uso de maquinário reduz a necessidade de mão de obra envolvida na atividade. Na pesquisa publicada por Brumer (2004), realizada no município de Ijuí – RS, a autora relacionou a diminuição da necessidade de mão de obra naquelas propriedades com o maior número de hectares e mais tecnificadas, sendo que o papel da mulher nestas propriedades acaba se voltando à esfera doméstica, visto que é o homem quem acaba investindo no aprendizado e manuseio das novas tecnologias. O tipo de cultura agrícola, portanto, é um fator determinante quanto à necessidade do envolvimento da força de trabalho familiar, quantos e quem irá trabalhar na produção.

Observando o relato de outra jovem entrevistada, percebe-se o contraponto, quando menciona seu contato com a lavoura de fumo do pai, a qual é uma produção menos tecnificada, em que existe a necessidade de mão de obra intensa.

Eu já ajudei sim na época de plantar. Porque tem que levar bandeja pra eles, pra facilitar, pra ir mais rápido. Na colheita também, tem que ir. Aí chegava da roça, tinha que botar ali na máquina pra botar na estufa, ajudava também nessa parte. Mas não era muito. Porque aí se tivesse muitas pessoas ali, também atrapalhava, aí já tava ela e a minha tia. Mas a partir desse ano eu já vou ter que ir pra ajudar ela mais, porque aí ela tá sozinha. (Entrevistada 9, curso de administração de empresas).

Das entrevistadas, duas relataram ajudar ativamente o pai em suas atividades e mencionaram gostar de dirigir trator. Uma delas relatou ter ajudado o pai na lida com o gado e na plantação de bananas, conforme o diálogo a seguir.

E 6: agora nem tanto por causa da faculdade, mas antes ajudava a tirar o leite, às vezes ajudava...

Não podia, mas, às vezes, ajudava a dirigir o trator para ajudar ele.

Pesquisadora: no bananal, tu já chegou a ir pra ajudar?

[...]

P: mas assim, chegava a ajudar a limpar...

E: carregava saco, carregava caixa...

(Entrevistada 6, curso de ciências biológicas).

Estas informações demonstram a participação ativa da jovem, inclusive em atividades consideradas “pesadas”, como carregar sacos e caixas. Apesar de mencionar que não está ajudando tanto nas atividades da propriedade, devido ao tempo dedicado à faculdade, a jovem mencionou, ao longo da entrevista, que auxilia o pai na feira do município com as vendas (a família possui um espaço onde vende as bananas orgânicas cultivadas na propriedade). A entrevistada 6 também mencionou que a escolha do seu curso foi relacionada à proximidade da área de conhecimento com o rural, assim como mencionou ter interesse em trabalhar na propriedade no futuro. “É um negócio teu. Daí, eu quero ficar ali, cuidar dos pais, até tocar um pouco, cuidar do gado. Trabalhar um pouco ali, na lavoura quem sabe” (Entrevistada 6, ciências biológicas).

Já a entrevistada 5 informou que antes de ingressar no ensino superior, cursou um curso técnico agrícola no município onde os pais residem, motivada pela proximidade com as atividades na propriedade dos pais.

Porque eu já tinha muita experiência né, trabalhava com o pai e tudo, tudo o que foi visto eu já sabia. Acho que a gente não sabe a teoria, mas a prática a gente sabia né. Aí então tudo o que o professor falava, todas as matérias, eu sempre relacionava, sempre eu já tinha um conhecimento. Aí acho que foi mais por isso também de eu gostar. Também o incentivo do pai né, porque daí já continuasse na área, só que daí tinha que estudar. (Entrevistada 5, curso de letras).

A entrevistada 5 também informou ter interesse em aproveitar os conhecimentos adquiridos no seu curso técnico para diversificar e aprimorar as atividades da propriedade, e futuramente gerencia-la.

Quanto à tomada de decisão, as jovens sinalizaram que geralmente quem decide o que será produzido na propriedade, assim como a forma como ela será gerenciada são os pais. Em uma das propriedades, a jovem retrata a tomada de decisões do pai, respaldada pelo saber do pai sobre o processo de produção.

O pai. Assim, a minha mãe sabe de tudo, tipo, tudo o que vai acontecer, mas daí a gente não entende muito né. Eu também, quando era pequenininha não sabia bem, daí, agora, ela sempre comenta como é que tá, como é que eles vão fazer e tudo mais, até tudo o que compra o que não compra. Mas quem toma a decisão é ele, porque a gente não entende muito, a gente concorda com o que ele faz. (Entrevistada 1, curso de psicologia).

A ausência da participação dos jovens no processo de tomada de decisões apareceu como dado relevante também nas pesquisas de Weisheimer (2009) e Pandolfo (2013). Este é um fator relevante, que pode interferir na decisão das jovens em ficar e sair do meio rural. Conforme apontou o estudo de Deggerone (2013), a participação ativa nos processos produtivos e gerenciais da propriedade serve como um fator estimulante para que os jovens queiram continuar na propriedade.

Os aspectos discutidos até agora se refletem diretamente no planejamento sucessório destas propriedades. A tabela abaixo mostra de que forma o tema sucessão apareceu nas entrevistas, assim como traz um retrato das (im)possibilidades de sucessão nestas propriedades do sul catarinense.

Quadro 5 – Sobre a sucessão nas propriedades familiares estudadas

E1	Sem perspectiva de sucessão	Daí lá em casa, meus pais nunca nenhum incentivou a ficar na roça. Nem a minha mãe e nem o meu pai. Nem eu e nem o meu irmão. Se depender deles, nenhum dos dois vai ficar. Porque é uma área complicada assim.
E2	Sem perspectiva de sucessão	Assim, não conversamos propriamente dito, mas tudo o que dá a entender é que ninguém quer. Ninguém vai... a única..., o que a gente vê, é que aquela terra, o pai e a mãe por nada vão passar pra nós, assim né, e nós vamos acabar vendendo pro meu tio, porque o meu tio vai utilizar mais do que nós.
E3	Sem perspectiva de sucessão	Tipo, o pai, ele dá todo o auxílio possível pra mim e pro meu irmão pra nós estudar. Ele fala que tipo, é melhor a gente estudar, que é melhor futuro que ele pode dar pra gente.

E4	Sem perspectiva de sucessão	A gente conversou isso na verdade antes de começar a faculdade e tudo mais. Mas a minha irmã sempre quis a contabilidade. Então também não dá continuidade pro trabalho ou do meu pai ou da minha mãe. E eu então a área da saúde, que também é uma área bem diferente da minha mãe e do meu pai. Então tipo, como vai ficar futuramente, a gente não sabe.
E5	Ainda não foi discutido	Vender a gente não pensa, mas a gente nunca ainda pensou “Ah quem é que vai ficar”. Porque na verdade, nem eu e nem o meu irmão estamos seguindo na área né. Mas ainda não foi pensado nisso.
E6	Propriedade com perspectiva de sucessora	Mas eu gostaria de tocar, eu ser a dona, mas botar pessoal pra trabalhar sabe?! Não deixar abandonado, porque aquilo dali, ele lutou muito. Teve época que a gente não conseguia vender, daí ele entrou na agricultura familiar, daí a gente conseguiu... mas abandonar, eu acredito que não.
E7	Sem perspectiva de sucessão	Não. O Cláudio* quer seguir o rumo dele agora e eu o curso que eu tô fazendo né, pra área da civil. Daí ninguém quer continuar ali. Até porque é bem difícil hoje em dia viver da roça, vamos dizer assim né.
E8	Propriedade com perspectiva de sucessor	Ele quer ficar na lavoura. E o pai incentiva. Ele já falou, quando falecer, ou alguma coisa assim, o João*, ele vai ficar com mais terra do que vocês porque eu quero que ele fique. Vocês eu sei que não tem como ficar, porque mulheres na agricultura é um problema. Porque a gente é mais frágil né?! E a banana é uma coisa pesada assim pra trabalhar, então o meu irmão vai ficar na agricultura. (...). Eu não teria interesse. Porque eu dependeria de outras pessoas né. Então é mais complicado. Sei lá, parece que tem que ser o meu irmão, não tem como... o que que eu penso o dia que eu tiver minha herança, vou arrendar pra ele. Porque eu trabalhar na roça não tem como.
E9	Sem perspectiva de sucessão	Assim, já foi conversado, até falei pra eles que eles não querem que eu fique na roça. Nem o meu irmão. Eles querem que eu me forme em alguma coisa, e trabalhe (...). Aí eles não quiserem que a gente fique ali.
E10	Divisão da propriedade (irmão irá tocar a agricultura na sua parte de terra.)	Meu irmão acabou assim pegando um pouco mais, porque daí ele tem a casa dele, assim, e até porque daí tem aquela questão assim de ele ser homem sabe, daí meu pai deu um pouquinho mais pra ele assim, até porque ele cuida né, a gente não tá lá cuidando. Mas pouca coisa assim, foi bem dividido assim, bem igualmente pra todo mundo.
E11	Sem perspectiva de sucessão	Acho que não foi conversado. Porque eu e a minha mana não vamos né. E o meu irmão também tá estudando... ele é formado, tá estudando pra sair.
E12	Sem perspectiva de sucessão	Assim, já foi comentado se o meu pai tivesse um filho homem. Mas assim, até por que a gente não tem interesse, nem eu nem a minha irmã, a gente não tem interesse de... porque a gente sabe o sofrimento que é pra não ser recompensado. Então a gente não tem interesse. Nunca foi conversado, a gente não sabe o que fazer com as terras, nem com os maquinários.

Fonte: Pesquisa de campo (2015/1). *os nomes foram alterados para preservar a identidade das entrevistadas e seus familiares.

Pode-se perceber que, na maioria das propriedades que fizeram parte do corpus de análise desta pesquisa, não haverá sucessores/as. Em duas propriedades (E8; E10), os sucessores serão filhos e, em apenas uma propriedade (E6), a filha tem interesse em manter a propriedade e a produção, porém seu anseio futuro é gerenciar a propriedade, contratando pessoas para realizar o trabalho rural. Vale refletir que nesta propriedade a sucessão da filha é uma possibilidade já que se trata de uma família com apenas duas filhas. Pondera-se, considerando que o processo sucessório é marcado fortemente pelo recorte de gênero, que “a escolha de mulheres como sucessora(s), é mais rara e geralmente ocorre quando não há filhos homens ou elas são filhas únicas” (SPANNEVELLO, 2008, p. 46). Assim como retratou a entrevistada 12, em que o pai deixou claro que se tivesse um filho homem existiria possibilidade de sucessão da propriedade. No caso da entrevistada 8, fica evidenciado o imaginário social de que a agricultura não é lugar de mulher, isto parece como algo já dado, naturalizado.

Esta dinâmica vem se diferenciando no contexto rural devido ao aumento da escolaridade das mulheres, assim como a apropriação de valores urbanos e as intervenções de instituições governamentais, causando uma ruptura dos mercados matrimoniais no meio rural (BRUMER; ANJOS 2008, p. 14). As narrativas das entrevistadas demonstram que uma nova alternativa para estas jovens é o investimento nos estudos, fortemente fomentado pelos pais. Deste modo, o investimento na escolaridade, neste caso, via um curso de graduação passa a ser a nova “herança” destas jovens.

São eles que bancam a minha faculdade assim. Porque o que eu recebo, como eu sou estagiária, é só um auxílio ao estagiário mesmo. Sabe!? Então não tenho condições de pagar uma faculdade. É muito caro. (Entrevistada 4, curso de fisioterapia).

Meus pais desde sempre assim: estuda, garante o teu futuro, vai...escolhe o que tu realmente gosta de fazer. (Entrevistada 7, curso de engenharia civil).

Sempre me incentivaram assim, toda a vida eles falaram “tem que fazer uma graduação, uma faculdade, se especializar numa área pra futuramente estar estabilizado não ter que sofrer

no sol, na chuva pra trabalhar. (Entrevistada 9, curso de administração de empresas).

As narrativas acima ilustram a forma como as jovens percebem o incentivo para estudarem, inclusive financeiro. O estímulo dos pais para que os jovens continuem estudando, também foi percebido nos estudos de Pandolfo (2013), Spanevello (2008), Weisheirmer (2009) e Aguiar e Stropassolas (2010). Estes autores observaram que é comum os pais incentivarem os filhos a estudarem para que consigam melhores empregos urbanos.

De um modo geral, os(as) jovens quando migram para os centros urbanos esperam ali ter uma vida melhor que a do interior. Ter uma vida melhor significa ter uma renda própria, um salário que lhe garanta o sustento, a autonomia financeira e a independência dos pais. Para isto implica 'ter um estudo'. Ou seja, a busca de melhores condições de vida' pressupõe um certo grau de escolaridade e os pais de maneira geral, incentivam os(as) filhos(as) a estudarem. Eles percebem os estudos como condição necessária para que os filhos tenham possibilidade de construir uma vida melhor que a deles, sobretudo no caso das moças cujas mães não querem vê-las reproduzir a sua condição de mulher agricultora. Neste caso, elas são incentivadas a estudar para construir sua vida fora do rural. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p.174).

Nesta linha, Carneiro (2005) salienta que, no caso das moças, estas ainda recebem mais incentivo dos pais, já que não são as principais candidatas à sucessão da propriedade. A família deste modo se mobiliza para que estas filhas completem o ensino superior. "A despesa com manutenção dessas jovens na cidade e entendida como uma compensação para sua exclusão da partilha da terra, nos casos em que só os homens são considerados herdeiros da propriedade" (CARNEIRO, 2005, p. 255). Percebe-se que o desejo que os pais têm para o futuro das filhas não está somente no intuito que realizem um trabalho urbano, mas que consigam um trabalho qualificado. Pode-se deduzir que, na percepção dos pais, 'melhorar de vida' pressupõe a conquista de um

trabalho com prestígio social, maior remuneração, o que pode ser propiciado via qualificação profissional e aumento da escolarização.

Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, mesmo nas propriedades onde não existem filhos homens como possíveis sucessores, observou-se a busca pelo aumento da escolarização das filhas. O desejo de cursar o ensino superior emerge a partir de um conjunto de possibilidades socioeconômicas e culturais assim como da oferta de cursos e bolsas de estudos na universidade estudada, conforme será abordado na sequência.

4.3 O ENSINO SUPERIOR COMO UM DETERMINANTE NO PROJETO DE VIDA DAS JOVENS

“Desde quando eu tava no colégio, eu já sabia que ia terminar o colégio e ia fazer o vestibular, e entrar numa universidade. Isso tava certo.” (Entrevistada 4, curso de fisioterapia). Esta afirmação expressa o sentido que muitas das entrevistadas atribuíram ao seu projeto profissional que tem como ponto principal a escolha de um curso universitário e o ingresso no ensino superior. Este projeto se colocou em muitas das narrativas como um projeto coletivo da família, que vislumbram o futuro profissional das filhas atrelado ao aumento da sua escolaridade.

O aumento do número de pessoas que desejam elevar o seu nível de escolaridade deve-se, em parte, às novas exigências do mundo do trabalho, que tem procurado profissionais qualificados, com domínio de técnicas cada vez mais específicas e sofisticadas – uma economia baseada no conhecimento (SANTOS, 2008). Não somente como uma via de profissionalização e ingresso no mercado de trabalho, a universidade possui outras finalidades, conforme retratadas pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, Art. 43).

As universidades dedicam-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo, portanto responsável por, além de produzir o conhecimento, transmiti-lo e aplicá-lo na comunidade. Deste modo, trata-se de uma instituição dinâmica que precisa ser compreendida em seu contexto e momento histórico. Pode-se mencionar que as configurações atuais, estruturadas após a revolução industrial colocam em pauta o papel da universidade. Modos de produção complexos, com alto investimento em tecnologia, o mercado global e competitivo requerem a presença de profissionais adaptados a estas demandas.

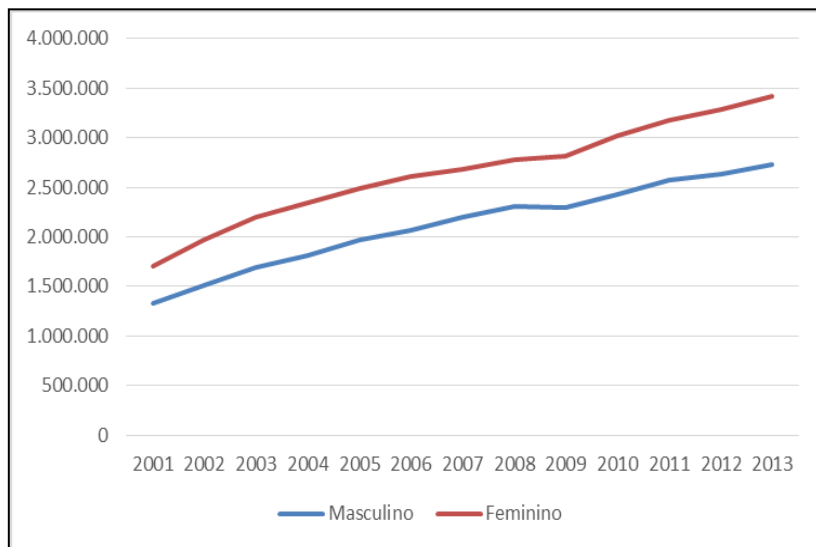
Em 2001, o Brasil representava um dos mais baixos índices de acesso à educação superior no conjunto da América Latina, a porcentagem de matrículas neste nível de pessoas na faixa dos 18 a 24 anos de idade era de apenas 12% (BRASIL, 2001). Tendo em vista este índice, juntamente à crescente demanda de alunos advindos do Ensino

Médio, a principal meta governamental, estipulada pelo Plano Nacional de Educação de 2001, focalizou a elevação global do nível de escolaridade da população.

Com esta proposta, destacam-se os programas de democratização de acesso ao Ensino Superior que tiveram protagonismo nos anos que se seguiram, cujo objetivo centrou-se em auxiliar por meio de bolsas de estudos integrais e parciais, facilidades em financiamento nas universidades privadas e auxílio a alunos/as matriculados/as nas universidades públicas.

O Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI tem por objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, direcionando as ações para a educação pública, como o aumento de vagas, criação de cursos noturnos e a flexibilização de currículos e aumento do número de alunos por professor (BRASIL, 2011). Já o Programa Universidade para Todos - PROUNI e o Financiamento Estudantil- FIES centram-se na democratização do acesso ao Ensino Superior oferecendo subsídios para o custeio da educação em Instituições particulares. O PROUNI foi criado em 2004, institucionalizado pela Lei federal nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. O FIES surgiu como uma versão reformulada do antigo Crédito Educativo em 2001 e tendo suas novas configurações certificadas pela Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, destinado à “concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação” (BRASIL, 2001).

Estes programas contribuíram com a ampliação de matrículas em instituições de Ensino Superior (IES), principalmente, as oriundas de classes mais pobres. As mulheres neste contexto têm representado nos últimos anos a maior parcela de matrículas no Ensino Superior no Brasil. O Censo da Educação Superior de 2012 (INEP, 2012) demonstrou que as mulheres frequentam mais o Ensino Superior do que os homens. O gráfico abaixo demonstra o comparativo de matrículas de homens e mulheres nesta modalidade de ensino no Brasil, no período de 2001 - 2013.

Gráfico 1–Matrículas no Ensino Superior por sexo 2001- 2013⁹

Fonte: INEP (2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013).

Percebe-se que, em 2001, o número de mulheres matriculadas no Ensino Superior já era maior que o dos homens e, em 2013, esta diferença permanece. Em relação aos concluintes, apresenta-se uma tabela com dados por região e por sexo, no comparativos dos anos de 2001 e 2013.

⁹ A escola do recorte temporal do gráfico se deu devido ao intuito de ilustrar o cenário de matrículas, tendo como marco o Plano Nacional de Educação de 2001. Assim como, os dados mais recentes disponíveis no INEP foram de 2013.

Tabela 3 - Número de concluintes em cursos de graduação presenciais por sexo (2001- 2013)

	Total	2001		Total	2013	
		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino
Brasil	352.305	38,30%	61,70%	829.938	40,70%	59,30%
Norte	12.125	38,50%	61,50%	53.357	39,20%	60,80%
Nordeste	46.860	35,80%	64,20%	149.370	38,30%	61,70%
Sudeste	205.661	39,30%	60,70%	418.513	41,90%	58,10%
Sul	60.762	37,80%	62,20%	131.159	41,20%	58,80%
Centro-Oeste	26.877	36,20%	63,80%	77.539	39,40%	60,50%

Fonte: Adaptado de INEP (2001; 2013).

As mulheres representam o maior número de concluintes no Ensino Superior no Brasil e em todas as regiões, no período elencados. Também se pode observar um maior aumento da diferença entre homens e mulheres concluintes de 2001 para 2012, sendo, o sudeste, a região que apresenta uma diferença maior. Igualmente, é importante atentar ao aumento desta diferença na região nordeste que, em 2001, representava o terceiro lugar no comparativo com as demais regiões e, 2012, passou para a segunda região com maior número de mulheres concluintes em relação aos homens. O norte possui a menor diferença deste número, como também do número de instituições e concluintes visto os dados apresentados anteriormente.

Quanto à natureza das instituições de matrícula, apresenta-se a tabela abaixo.

Tabela 4 - Número de matrículas em cursos de graduação presenciais por sexo (2001-2013)

		2001			
	Total	Masculino		Feminino	
		Número	%	Número	%
Pública	939.976	429.879	45,80	509.346	54,20
Privada	2.091.529	894.880	57,20	1.196.649	57,80
		2013			
Pública	1786.976	843.402	47,20	943.572	52,80
Privada	4374.431	1.901.765	43,50	2.472.666	56,50

Fonte: INEP (2001; 2013).

Percebe-se um aumento significativo no número de matrículas de homens e mulheres, assim como, em 2013, houve um aumento significativo da diferença entre homens e mulheres matriculadas nas instituições privadas. As mulheres representam o maior número de matrículas nas Instituições de Ensino Superior privadas.

Cabe situar que a universidade, onde estão matriculadas as participantes desta pesquisa, é uma universidade comunitária. Machado (2009, p.72) define como aquelas instituições “que são ‘públicas de direito privado’ (gozam de filantropia, sua gestão é colegiada, os alunos pagam mensalidades, porém, o patrimônio adquirido é público-municipal)”. Este modelo brasileiro de universidade se desenvolveu no interior dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e tem como característica marcante do seu surgimento como intuito de atender demandas regionais.

A Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) foi fundada na cidade de Criciúma no ano de 1968, tendo inicialmente o nome de Fundação Universitária de Criciúma, FUCRI. A necessidade de implantar cursos superiores na região se deu devido ao processo de desenvolvimento econômico que a região vivencia com a exploração das minas de carvão nesta época. No final daquele ano, a FUCRI lançou um edital abrindo inscrições para o vestibular para o curso de pedagogia. No ano de 1970, teve sua primeira unidade de ensino incluindo os cursos de matemática, ciências e desenho e poucos anos depois deram início os cursos de ciências contábeis e administração de empresas

(BITENCOURT, 2011). A partir daí, a UNESCO foi expandindo e hoje conta com mais de dez mil alunos/as matriculados/as nos 53 cursos de graduação (UNESC, 2014), segmentados/as por unidades acadêmicas de cada grande área: Ciências da Saúde (UNASAU), Humanidade, Ciências e Educação (UNAHCE), Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA) e Ciências, Engenharias e Tecnologia (UNACET).

Abaixo, encontram-se alguns dados referentes ao número de matriculados na UNESCO nos anos de 2001 e 2015, fornecidos pela Secretaria Acadêmica da instituição.

Tabela 5 – Número total de matriculados nos cursos de graduação da UNESCO, por sexo (2001; 2015/1)

Ano	Feminino	Masculino
2001	3312	2547
2015/1	6658	4328

Fonte: Secretaria Acadêmica (UNESC, 2001; 2015/1).

Em relação ao número de matriculadas/os por curso, no semestre 2015/1, a tabela abaixo demonstra em quais áreas as mulheres se encontram em maior número.

Tabela 6 – Número de matriculados - UNESCO, por curso e sexo (2015/1)

CURSO	2015/1	
	MASCULINO	FEMININO
Administração	311	289
Administração Comércio Exterior	134	163
Arquitetura e Urbanismo	86	252
Artes Visuais - Bacharelado	33	60
Artes Visuais - Licenciatura	15	96
Biomedicina	30	210
Ciência da Computação (M/N)	285	36
Ciências Biológicas - Licenciatura	06	48
Ciências Biológicas -Bacharelado	37	89
Ciências Contábeis	286	503
Ciências Econômicas	90	65

Design de Produtos	29	68
Direito (M/N)	618	884
Educação Física – Licenciatura	152	132
Educação Física - Bacharelado	126	104
Enfermagem	41	244
Engenharia Ambiental	39	64
Eng. Ambiental e Sanitária	42	55
Engenharia Agrimensura	115	38
Engenharia Civil	539	311
Engenharia de Materiais	63	36
Engenharia de Produção	207	123
Engenharia Mecânica	160	11
Engenharia Química	88	167
Farmácia	62	232
Física – Licenciatura	05	09
Fisioterapia	38	239
Geografia – Licenciatura	20	25
Geografia Bacharelado/ Licenciatura	01	-
História Licenciatura	45	58
História - Bacharelado e Licenciatura	01	06
Letras – Hab. Português E Inglês	10	44
Letras – Hab. Língua Portuguesa	13	60
Letras- Hab. Português e Espanhol	-	01
Matemática Licenciatura	21	40
Medicina	212	314
Nutrição	16	214
Odontologia	91	304
Pedagogia - Licenciatura V/N	06	260
Psicologia (M/N)	74	364
Secretariado Executivo	03	57
Tecnologia em Design de Moda	05	175
Tecnologia de Alimentos	01	02
Tecnologia em Cerâmica e Vidro	01	01
Tecnologia em Gestão Comercial	38	29
Tecnologia em Gestão Financeira	06	25
Tecnologia em Jogos Digitais	16	01
Tecnologia em Processos Gerenciais	42	50
Tecnologia em Recursos Humanos	16	101
Tecnologia Gestão Comercial- EAD	53	38

Fonte: Dados disponibilizados pela secretaria acadêmica da UNESC.

Observa-se que as mulheres estão mais presentes nos cursos da área da saúde e licenciaturas. De modo geral, na área das engenharias e

das ciências sociais aplicadas, há predomínio de matrícula de homens. Os números acima podem representar a busca das mulheres nas últimas décadas por melhores condições de vida, assim como sua maior participação no mercado de trabalho, que tem exigido maior qualificação profissional (INEP, 2012).

O aumento da escolaridade é considerado um fator relevante para a mobilidade social e ascensão no mercado de trabalho. Sen (2000) situa as mulheres como agentes importantes do desenvolvimento. Segundo o autor, as mulheres têm um papel de ativo nas mudanças sociais e conseguem desempenhá-lo com plenitude quando lhes são asseguradas a independência econômica e emancipação social. Entretanto, vale ressaltar que, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2013), nos últimos dez anos, o Brasil apresentou características de desigualdade no que se refere ao rendimento em relação à escolaridade de acordo com o sexo.

No grupo dos mais escolarizados (12 anos ou mais de estudo), as mulheres recebiam em média por hora, 66% do rendimento dos homens, o mesmo percentual observado em 2002. Neste contexto de análise das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro, destaca-se também um indicador que está relacionado à igualdade de gênero no mundo do trabalho: o acesso de homens e mulheres aos cargos de direção e gerenciais. De acordo com os dados da PNAD 2012, o acesso de mulheres com 25 anos ou mais de idade aos cargos de direção e gerenciais é menor comparativamente ao dos homens nessa faixa etária: 5,0% para as mulheres e 6,4% para os homens. (IBGE, 2013, p.152).

A escolaridade portanto, serve também como um fator relevante para atenuar as desigualdades de gênero que ainda é um traço forte no mercado de trabalho.

Sobre o processo de escolha profissional das jovens entrevistadas, estas demonstraram ter liberdade da família para escolher um curso de graduação que mais se relacionasse com suas “aptidões” e interesse. A análise das narrativas permitiu observar os casos em que as jovens pautaram suas escolhas.

Assim, o pai nem a mãe nunca me criticaram ‘Ah, faz o que tu quer, faz o que tu gosta.’ Foi bem assim. (Entrevistada 12, curso de direito)

Quando eu tava no meio do terceiro eu fiz o vestibular, mas fiz pra outro curso, aí eu mudei de ideia, porque eu vi que não tinha nada haver. Aí fui procurando, procurando e achei que o menos errado assim, que fosse dar mais certo comigo era Direito. Porque cálculo eu não queria, aí fui conversando com as pessoas e tal, aí acabei optando por direito e eu acho que eu tô gostando.” (Entrevistada 11, curso de direito).

Almeida e Magalhães (2001) situam que, antes da Revolução Industrial, o trabalho era naturalmente transmitido de uma geração para a próxima, no interior das famílias, sem muitos questionamentos. Esta dinâmica passou a sofrer alterações com a ascensão do capitalismo e a necessidade de colocar os profissionais com habilidades específicas para determinados cargos. Junto a isto, as configurações modernas do mercado de trabalho têm oportunizado um grande leque de profissões e especialidades que propiciam certa sensação de liberdade e possibilidades de escolhas de carreira para o indivíduo. Percebe-se também que esta geração de pais agricultores compreende a importância de se continuar estudando para conseguir um posto de trabalho urbano, mesmo não dispondo de informações suficientes sobre as profissões que as filhas possam vir a exercer. Isto se traduz na narrativa da jovem abaixo.

Até hoje, muita gente acha que fisioterapia é pra fazer massagem né (risos). No caso, eu tive que pesquisar muito pra poder explicar tudo certinho pra eles, como era mais ou menos que funcionava o que a fisioterapia faz, o que um massagista faz. Então assim, assim como tem terapeuta ocupacional, que já é diferente de fisioterapia, e assim vai diferindo as áreas. Mas, assim, não foi uma coisa que de cara ficou claro pra eles. Tive que pesquisar bastante. (Entrevistada 4, curso de fisioterapia).

Percebe-se que esta escolha parece determinada pela afinidade da jovem com a área de conhecimento da profissão, já que não possuía referências profissionais para pautar sua escolha. Durante a entrevista, a jovem relatou ter conversado com um parente próximo que trabalha na área da saúde, mas que não exerce especificamente a profissão de fisioterapeuta. No caso de outra jovem entrevistada, percebeu-se uma identificação com uma profissional próxima, uma professora, profissão fortemente presente nas diversas localidades e exercida majoritariamente por mulheres.

É porque eu sempre tive uma excelente professora no Ensino Médio de geografia, ela sempre trabalhou muito a questão tanto física, como teórica, a parte humana. Ela sempre conseguia relacionar e fazia bastante saída a campo, bastante aula prática. Daí eu fui gostando. (Entrevistada 3, curso de geografia)

Os estudos de gênero evidenciam que a docência pode ser considerada uma profissão bastante feminilizada; nas profissões em que existe o ingresso massivo de mulheres é percebido que ocorrem também transformações de cunho qualitativo (feminização), como a diminuição da remuneração, qualificação profissional e prestígio social (YANNOULAS, 2014). Isto fica evidenciado na narrativa de outra jovem que também fez sua escolha pelo curso de geografia.

Lá na minha casa, meu pai, minha mãe, foi bem tranquilo. Mas as minhas irmãs falaram: “tu quer ser professora? Vai fazer geografia pra ser professora?” (voz de deboche) aí os meus parentes diziam: “ai, ser professora não! Faz outra coisa” (voz de deboche) eu disse assim: “gente! O que adianta eu ir lá e fazer administração?!”, odeio matemática. Não gosto, não não não me dou com os números. Aí “vai fazer uma engenharia”. Fazer uma engenharia? Tem química, tem física, tem um monte de coisa que eu também não vou saber. Aí então assim: “Eu gosto de geografia, qual é o problema de eu fazer geografia?” Aí eles ficaram meio assim, não gostavam, mas, era a minha

escolha, fazer o que?! Tinham que aceitar.”
(Entrevistada 2, curso de geografia)

Percebe-se a desqualificação da escolha da jovem que optou por seguir a profissão de docente. Analisa-se também o fato de algumas profissões serem caracterizadas como sendo essencialmente femininas, já que suas atividades se relacionariam com características próprias das mulheres, como a meticulosidade e o cuidado. No caso da docência, Yannoulas (2014) considera que o fato da escola ser um espaço social onde o doméstico e o público se interrelacionam, ocorre um processo de despersonalização da identidade do professor como um trabalhador. Neste caso específico, considera-se a carreira de professora, presente na narrativa apresentada, porém esta lógica permeia as diversas profissões com maior participação de mulheres. Isto irá se relacionar diretamente com o processo de escolha das jovens.

À medida que o número de mulheres a entrar no mercado de trabalho aumenta, elas estão mais capazes de escolher um leque maior de opções de carreira. As mulheres de hoje podem considerar opções possíveis de trabalhos quer tradicionais quer não tradicionais para mulheres. No entanto, apesar de as mulheres terem entrado em campos não tradicionais, a grande maioria continua em ocupações designadas por tradicionalmente femininas. (NOGUEIRA, 2001, p. 28)

Das jovens entrevistadas, apenas uma era da área de engenharia. Ao ser questionada sobre o futuro na carreira, se tinha alguma área específica de interesse de atuação dentro profissão escolhida, engenharia civil, a jovem relatou ter interesse em trabalhar diretamente com obras, não em escritório. A fala traduz que mesmo quando as mulheres conseguem adentrar em áreas especializadas tipicamente femininas, suas funções acabam se voltando para atividades mais administrativas. A mesma jovem também mencionou conhecer que existem dificuldades e preconceito na área escolhida, porém, está disposta a enfrentá-las.

Percebe-se, portanto, que a escolha pelo curso e o projeto estão ancorados em marcadores sociais, envolvendo a posição que os indivíduos ocupam na sociedade, de acordo com sua classe social, gênero, raça/etnia, etc. Os projetos individuais destas jovens serão traçados de acordo com suas realidades. O próprio fato de não

vislumbrarem a agricultura como um futuro possível, também se associa a impossibilidades sociais, econômicas, culturais, entre outras. A noção de projeto individual acaba sendo relativizada já que seus desejos individuais, de certo modo são constituídos culturalmente; “a possibilidade de existência de projetos individuais está vinculada como, em contextos sócio-culturais específicos, se lida com a ambiguidade fragmentação-totalização” (VELHO, 1994, p. 26).

Não tem como eu trabalhar com o meu pai. No que que eu vou trabalhar com o meu pai? A terra é pequena, pra eles pagar empregado é complicado, então, eles conseguem trabalhar aquilo. Dois conseguem fazer aquilo. Só precisam de mais gente na hora de colher. E daí como é que eu e os meus primos vamos viver daquilo? Eu, meus primos e minhas irmãs? Não tem como nós trabalhar ali. Porque os dois dão conta. E se só formos pra cidade, aí tem mais vaga de emprego pra todos. É mais fácil. (Entrevistada 2, curso de geografia).

Esta narrativa é representativa do dilema sucessório atual na agricultura familiar. Em algumas culturas, especificamente, a intensidade tecnológica também acaba reduzindo o número de pessoas necessárias para trabalhar na produção. Portanto, é delicado colocar exclusivamente sob a responsabilidade dos/as jovens a reprodução social da agricultura familiar, sem observar o modo como este espaço tem fornecido as possibilidades concretas deste projeto.

Outro ponto importante a ser levantado sobre a possibilidade de realização de um projeto profissional para as jovens são as bolsas de estudo oferecidas pela instituição.

Com certeza. Foi muito bom ter bolsa, até porque se eu não tivesse... se eu não conseguisse a bolsa eu não ia fazer faculdade tão cedo. Até porque eu não tinha condições. O pai e a mãe não tinham condições de me bancar assim, ainda mais né, à tarde, o curso sendo à tarde né. Conseguir um serviço é bem complicado. Aí conseguindo a bolsa foi bem... então qualquer outro dinheirinho que vem é lucro. Mas se tu tem a mensalidade

toda pra ti pagar é complicado. É bem pesado. (Entrevistada 2, curso de geografia).

[...] Quando eu vim aqui... na verdade, antes eu tinha prestado pra Comércio Exterior na UNESC, aí eu passei, só que eu fiquei com medo de fazer, porque tava naquela... e aí eu já ia ter que pagar, aí então eu fiquei com medo de começar e não gostar, perder dinheiro, aquela coisa toda. Aí eu vim aqui pra UNESC me inscrever por histórico escolar, aí acabei me inscrevendo pra engenharia química e quando eu cheguei ali, tinham umas bolsas assim abertas de pedagogia. E as meninas estavam ali comentando, até as meninas que estudam hoje comigo, estavam ali se inscrevendo. E aí a gente começou a conversar e eu disse: “Ah! Vou me inscrever. Vou me inscrever pra tentar fazer” já que eu não sabia mesmo o que eu queria. Aí na semana que saiu o resultado da Engenharia química, que eu passei pelo histórico escolar, saiu o da pedagogia. Aí eu fiquei naquela, em dúvida, aí eu disse “Ah! É uma oportunidade” uma faculdade de graça né, que é tão difícil. Eu já estava gastando bastante aqui em Criciúma, ou pagar Engenharia Química, que ainda era uma incerteza que eu tinha, sabe. Eu estava tentando descobrir o curso que eu queria ir. Aí eu acabei indo pro curso de pedagogia. E gostei e estou até hoje, quase me formando. (Entrevistada 10, curso de pedagogia).

As narrativas acima demonstram a importância do acesso às bolsas de estudo para estas jovens viabilizarem seu projeto de ingressar no ensino superior. No caso da entrevistada 10, fica claro que o seu projeto foi marcado fortemente pela bolsa de estudo, inclusive, determinando o curso e área profissional escolhidos.

A UNESC, por ser uma universidade comunitária, é concebida por três eixos norteadores, que são, 1) democratização do acesso e flexibilização de modelos de formação; 2) elevação da qualidade e avaliação; e 3) compromisso Social e Inovação (BRASIL, 2014). Quanto à democratização do acesso nas comunitárias, destaca-se que pelo fato de o Estado ser negligente em relação às possibilidades de acesso ao Ensino Superior às populações do interior, as comunitárias

cumprem o papel de ofertar estas vagas, criando inclusive programas de bolsas com recursos próprios.

Tabela 7 – Relação dos alunos com Bolsas de Estudos, financiamentos e estágio externo remunerado com total de matrículas nos cursos de graduação, 2010/1 a 2014/2

Semestre	Total de matriculados	Alunos beneficiados com Bolsas de Estudos, financiamentos e estágio externo remunerado
2010/1	9.041	5.104
2010/2	8.868	4.997
2011/1	9.228	4.843
2011/2	8.901	5.370
2012/1	9.388	5.999
2012/2	9.287	6.171
2013/1	9.699	6.534
2013/2	9.687	7.666
2014/1	10.378	7.804
2014/2	10.218	Aproximadamente 8 mil alunos*

Fonte: Balanço social UNESC (2010/1; 2010/2; 2011/1;2011/2;2012/1/2012/2;2013/1;2013/2;2014/1;2014/2): <http://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/listar/6/1>

Das entrevistadas, quase a totalidade estuda com o auxílio de algum tipo de bolsa, financiamento ou programa. Das bolsas e financiamentos, citam-se as ofertadas pelo governo federal, como o Prouni e FIES, já explicados anteriormente e as bolsas artigo 170, do governo do estado e a “Nossa Bolsa” da própria universidade.

A bolsa do Artigo 170 é um recurso financeiro oferecido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de acordo com as Leis Complementares nº 281/2005, nº 296/2005 e nº 420/08. Destina-se aos alunos economicamente carentes e às pessoas com deficiência. O governo custeia até 40% do valor da mensalidade para os alunos que comprovarem ter a necessidade e de utilizar este recurso e 100% da mensalidade de pessoas com deficiência. O valor é repassado às universidades privadas do estado, que organizam o processo de seleção

que ocorre semestralmente (SANTA CATARINA, 2005). Já o “Nossa Bolsa” é um programa da UNESCO que custeia 100% ou 50% do valor do curso, para alunos que tenham concluído o ensino Médio em escola pública ou Instituição privada com bolsa integral para os cursos de licenciatura.

Dentre as atividades remuneradas, foi mencionado, nas entrevistas, o estágio externo, no qual o/a acadêmico/a realiza estágio em empresa ou instituição pública ou privada e recebe uma remuneração mensal. O Programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID) é um programa do governo federal que visa o aperfeiçoamento e valorização dos professores da educação básica. São oferecidas bolsas aos alunos de licenciaturas que são inseridos já na graduação nas atividades didático-pedagógicas em escola pública, realizadas sob a supervisão de um professor do local. Para melhor ilustrar o acesso das entrevistadas às bolsas, financiamentos e programas, segue o quadro abaixo.

Quadro 6 – Bolsas de estudo e programas utilizados pelas entrevistadas

Entrevistada	Tipos de bolsa
E1	Não possui bolsa de estudos.
E2	“Nossa Bolsa” e participa do PIBID
E3	Não possui bolsa. PIBID
E4	Não possui bolsa de estudos, faz estágio remunerado.
E5	PROUNI
E6	FIES 100%.
E7	FIES 100%
E8	Possui auxílio com parte do valor da mensalidade da empresa em que trabalha. Foi pré-selecionada recentemente para o PROUNI
E9	Não possui bolsa de estudos
E10	“Nossa bolsa”
E11	Possui 40% de desconto na mensalidade pelo programa Artigo 170.
E12	Não possui bolsa de estudos.

Fonte: Pesquisa de campo (2015/1).

A escolha também pela possibilidade de fazer um curso de graduação na UNESCO foi orientada pelo fato da universidade ser mais próxima do local de moradia das jovens.

Eu ia fazer veterinária, ou zootecnia, mas daí depois eu queria fazer, não pra atuar na área, eu iria fazer o mestrado, pra depois dar aula mesmo. Só que eu não fiz, porque era muito longe os cursos que a gente tem de veterinária. E acho que tem mais de zootecnia, em Santa Maria só que ficava muito longe, aí tinha que estudar o dia todo, aí eu não queria morar tão distante, não ia valer tanto à pena. (Entrevistada 5, curso de letras).

No campo de possibilidades das jovens, o fato de ter uma universidade próxima, também coloca em seu horizonte a perspectiva de cursar uma graduação. As pesquisas de Pandolfo (2013) e Costa (2010) também relacionaram a importância da proximidade de instituições de ensino próximo à moradia dos jovens para a viabilização da continuidade dos estudos. No caso da jovem acima, o interesse de se voltar para uma profissão mais diretamente relacionada com a agricultura ficou impossibilitado, pois a universidade não oferta cursos nestas áreas; situação semelhante também foi observada no caso da entrevistada 6, que escolheu o curso de ciências biológicas por ser, dentro da possibilidade de cursos ofertados, o que mais se aproxima dos conhecimentos relacionados, segundo ela, das atividades do mundo agrícola.

Porque tem conteúdo de plantas, tem conteúdo de solo. E quando a gente é leigo sabe, a gente só olha assim meio que por olhar. E agora a gente já vê as coisas de um outro modo. Ah! Aquilo, significa aquilo. Uma planta isso, como é que ela é, como é que ela funciona. Sabe, o que ela produz, qual o veneno. Agora não pode mais, mas qual seria o substrato bom pra dar mais fruto, pra ela crescer, o próprio transgênico. Ajuda bastante. (Entrevistada 6, curso de ciências biológicas).

Esta narrativa também explicita a valorização do conhecimento científico como modo de explicação do conhecimento popular aprendido no cotidiano das atividades agrícolas. Percebe-se que as jovens que têm o interesse pelas atividades agrícolas procuram, por meio qualificação profissional, aprimorar os conhecimentos aprendidos

com os pais. Em alguns casos, entretanto, o conflito geracional surge no momento em que as jovens propõem novos conhecimentos à propriedade, conforme ilustra o diálogo a seguir:

Pesquisadora: e tu já tentou alguma vez inserir esses conhecimentos lá na propriedade?

Entrevistada8: já. Mas o meu pai é muito resistente, do tipo, uma vez dava, porque que agora não dá do jeito que eu tô fazendo? Eu vejo muito essa resistência.

P: Resistência a novos conhecimentos?

E8: Exatamente. Porque assim, ele falou: “porque o meu avô já foi assim” e ele continuou. Então ele diz: “desde a época do pai deu certo, como é que agora tu quer mudar?”. Mas é que nem eu falo, o tempo muda, se ele não se atualizar, num momento ele vai ser passado pra trás. Mas eu acredito que isso é com conversa assim. Então ele já tem 40 anos, tem que escutar da filha que é mais nova... tem uma resistência. (Entrevistada 8, curso de ciências contábeis).

A fala explicita a resistência enfrentada pela jovem para auxiliar com o aprimoramento do controle financeiro da produção, de acordo com os conhecimentos adquiridos no seu curso de graduação. Sua posição na hierarquia familiar impõe uma maior resistência, já que é a filha mais jovem quem propõe mudanças no modo de controle contábil da propriedade, área até então, ‘proibida’ para as mulheres.

Wanderley (2003, p.46) situa que “o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade”. A agricultura passa deste modo a se tornar uma profissão que pode ser aprendida em escolas, fato que acaba gerando de certa forma um conflito entre o saber camponês, transmitido de geração para geração e os novos conhecimentos técnicos. Estevam (2012), ainda, pondera que o ensino transmitido nas escolas agrícolas se mostra distante da realidade da agricultura familiar. O falta de cursos voltados para o rural na universidade estudada, assim como disciplinas específicas que atentem à realidade da agricultura familiar deixa uma lacuna quanto à empregabilidade do conhecimento científico à realidade regional.

Sobre este ponto, ao serem questionadas se os conhecimentos adquiridos na graduação poderiam contribuir com a agricultura familiar ou com a comunidade rural, a maioria delas afirmou que é a baixa a associação do conteúdo acadêmico com a realidade da agricultura familiar. As relações que estabeleceram de modo geral vinculam os conhecimentos técnicos das áreas com situações específicas do contexto e da comunidade rural. Como por exemplo, pode-se observar na narrativa de uma entrevistada que cursa Direito.

Olha eu acho que de alguma forma, na sucessão da partilha de herança eu acho que eu posso ajudar sim. Mas é porque não é um curso bem assim, ligado à agricultura, porque são coisas bem distintas né, mas eu acho que de alguma forma, eu posso ajudar. (Entrevistada 12, curso de direito).

De algum modo, as narrativas destas jovens assinalam uma mudança no espaço ocupado por elas no rural, o conhecimento técnico poderá situá-las numa nova condição de reconhecimento social, mesmo que ainda muitas resistências precisem ser diluídas.

4.4 TRABALHO E FUTURO: FICAR, SAIR OU TRANSITAR? ALTERNATIVAS PARA NÃO ROMPER COM O MODO DE VIDA RURAL

A relação dos projetos profissionais e de vida das jovens com a sucessão da propriedade consiste em apenas um dos aspectos da reprodução social da agricultura familiar. Os sentidos produzidos acerca do trabalho, trabalho rural e dos espaços rural e urbano são relevantes para compreender de que o modo os significados construídos socialmente aparecem em suas narrativas e contribuem na construção do imaginário sobre o que se quer para o futuro.

Desta forma, uma das questões feitas foi “o que você considera ser um trabalho valorizado?” De modo geral, as entrevistadas demonstraram associar mais a valorização do trabalho com aspectos sociais do que aspectos financeiros. A valorização social do trabalho também acaba sendo ditada pelos mecanismos de mercado; se falamos de um mercado em que a qualificação profissional se faz necessária para

ocupar os postos de maior status, a busca pela valorização também estará atrelada à colocação em lugar de maior visibilidade social. No caso do trabalho rural, entre outros aspectos sociais, econômicos e culturais, em uma sociedade que valoriza o conhecimento acadêmico em detrimento de outros conhecimentos, pode-se inferir que a desvalorização social está relacionada ao modo como ocorre o aprendizado laboral “de pai para filho”.

Ao responder a esta questão, uma das moças utilizou como exemplo o trabalho na agricultura para ilustrar o sentido que atribui à valorização do trabalho.

Valorizado? Difícil de responder. Acho que é mais do que um salário bom, acho que é tu trabalhar num ambiente bom, fazer o teu trabalho e alguém de valorizar, te elogiar, também não ser tão sofrido como já foi lá na agricultura. Querendo ou não, incentivam, incentivam a agricultura, mas é muito sofrido. As pessoas, o ganho é muito pouco. Os pequenos proprietários né! Porque os grandes ganham muito bem. Mal trabalham né. Só botam funcionários. Acho que é mais ou menos isso, a valorização tanto no financeiro, como em elogiar, reconhecer mesmo. (Entrevistada 5, curso de letras)

A penosidade do trabalho foi apontada como um fator de desvalorização, assim como o cenário que compõe a agricultura, o qual as possibilidades de valorização se associam fortemente ao poder monetário do produtor, seu montante de terras e investimento em produção e maquinário. Historicamente, a questão agrária no Brasil se desenrolou trazendo a forte marca de sua colonização portuguesa, caracterizada pela divisão em grandes latifúndios e a restrição à propriedade da terra. Wanderley (2009) faz um breve apanhado histórico e demonstra que, inicialmente, na sociedade tradicional brasileira, a cultura era uma expressão clara do ambiente rural, que privilegiava a figura do latifundiário.

Existe um forte estigma associado aos moradores das regiões rurais e a figura do/a agricultor/a, que acaba por associar o rural como lugar de “atraso”. Ianni (2002), apoiado em uma perspectiva tipológica, considera que a história do nosso país é permeada por diversos tipos e mitos que povoam o pensamento social e que “levam consigo uma forte

conotação cultural com acentuados ingredientes psicossociais.” (IANNI, 2002, p.181). Estes tipos e mitos encontram-se arraigados à formação político-econômica brasileira marcada por quase quatro séculos de escravidão e que situava o trabalho como uma atividade subalterna. Com a industrialização do país e a emergência de se definir um novo tipo de trabalhador - o trabalhador livre, figuras como o Jeca Tatu¹⁰ e Macunaíma¹¹ carregam o estereótipo da preguiça e da indolência, características pouco apreciadas pelas novas configurações laborais da indústria.

As narrativas seguintes também retratam a percepção que as jovens têm sobre a visão das pessoas “de fora” sobre o rural, ancorada em suas vivências do cotidiano, nas suas relações com as representações e significações que são atreladas ao “ser do rural”.

Tem uma professora que disse assim: “Eu não gostaria de morar lá, não tem internet não tem nada.” Eu disse pra ela assim: “Não professora, você está desatualizada, não funciona assim. Que nem teve uma menina que disse: “ah não, os meninos do meio rural são obrigados a ficar na roça, porque o pai obriga a trabalhar, trabalho escravo”. Eu disse “não, para né! Vocês tão lá na época do século passado” como se diz, não é mais assim, pelo contrário, acho que os pais estão cada vez mais incentivando por causa dessa desvalorização. (Entrevistada 1, curso de psicologia).

Não o pessoal da feira, por ser tudo agricultor, de trabalhar na agricultura familiar, mas as pessoas de fora te olhar com um olhar diferente; por tu ser filha de agricultor, preconceito, às vezes, acham que tu não tem a vida social boa e tu não vai ter condições disso ou daquilo, eles te olham torto lá.

¹⁰ Personagem criado por Monteiro Lobato em 1914 que retrata a figura do caboclo do Vale do Paraíba, inicialmente realçando as características da preguiça e conformidade. Alguns anos mais tarde, o personagem vai se transformando e Lobato passa a inserir a crítica ao governo sobre os problemas relacionados à fome e pobreza vivenciado pelos trabalhadores rurais.

¹¹ Personagem de Mario de Andrade que dá nome a obra de 1928, contando a história do índio cuja principal característica é a preguiça.

Amigas falam disso. (Entrevistada 6, curso de ciências biológicas)

O que que o pai me disse: ‘eu sinto que eles sentem isso’! Por exemplo, hoje do PROUNI, ele falou assim, ‘Ah minha filha, diz que eu sou agricultor que eles vão ter dó!’ sabe! Ele sente isso. Parece que eles, a sociedade vê como pessoas mal instruídas assim sabe! Que é fácil de passar a perna, digamos assim. Pelo fato de não ter estudo. (Entrevistada 8, curso de ciências contábeis)

No caso da entrevistada 6, percebe-se que o sentido de desvalorização por ser do rural emerge no decorrer da atividade de venda na feira, a qual ela auxilia a família. Cabe a reflexão sobre, de que modo a jovem poderá traçar um projeto de vida voltado para o rural se nas suas vivências com a atividade se depara com a desvalorização social? A entrevistada 6 é uma possível sucessora na propriedade da família, porém percebe-se que se trata de uma permanência diferente, na qual o curso de graduação poderá trazer certo de reconhecimento para esta jovem, enquanto trabalhadora. Aguiar e Stropasolas (2010, p.175) consideram que “para a moça, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior, significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se coloca necessária para que se alcance o reconhecimento social”. Portanto, essas jovens que pretendem ficar vislumbram uma situação diferente das mulheres de outras gerações, já que o aumento de sua escolaridade, assim como a construção de uma identidade profissional poderá propiciar uma nova posição social dentro do espaço rural.

No que se refere aos sentidos das jovens sobre o trabalho rural, os pontos positivos levantados foram a boa remuneração. Este ponto foi levantado por uma moça filha de produtores de arroz, o fato de o trabalhador ser dono do próprio negócio, ter autonomia em relação ao modo como irá conduzir o seu trabalho e a organização do seu próprio horário. “Tu tem o teu tempo, tu escolhe como que tu vai trabalhar, tu é mais livre.” (E3). Uma das entrevistadas também pontuou que quando se conhece e utiliza tecnologias para melhoria da produção, o trabalho se torna melhor. Também foi levantada a importância de realizar um trabalho com relevância social, envolvendo a produção de alimentos. Uma das entrevistadas mencionou que apesar de considerar uma

atividade importante e lucrativa, acredita que é uma atividade promissora apenas para aqueles agricultores mais capitalizados “Acho que a agricultura tá mais pros grandes mesmo” (E5). Em relação aos pontos negativos, foi mencionada a penosidade do trabalho, a desvalorização, os fatores naturais como as condições climáticas, a falta de incentivo do Estado. Algumas jovens relataram perceber na localidade em que vivem um movimento de abandono da agricultura.

Hoje em dia tá bem difícil. Lá eu vejo muitas pessoas desistindo da agricultura. Saindo da agricultura e indo pra outros lados. Eu vejo que tá bem complicado, porque eles tão botando muitas leis, muitas regras que nem todo mundo consegue. Hoje tu tem que olhar tudo, se tu vai contratar uma pessoas... é muita regra, muita coisa. E lá às vezes as pessoas não tem condições de pagar, de ir atrás. Muitas pessoas param. Porque... muitas pessoas lá trabalhavam com fumo, ou montaram coisas tipo, na parte de costura, ou tão trabalhando fora. Desistiram porque é muita burocracia, muito difícil. E o gasto que tem também com produtos né, com a agricultura, tá muito alto. Aí eles acabaram desistindo. Eu tô vendo que decaiu bastante e até acho que daqui uns 10 anos, lá onde eu moro, vai ter bem pouca gente trabalhando nessa parte, vai ficar bem pouco. Porque as pessoas mais velhas né, de 40, 50 e poucos, elas já vão estar aposentadas né, daí vai ser os filhos, e os filhos tão fazendo graduação, cursos e eles vão acabar saindo dessa área, vai acabar não tendo mais ninguém lá. (Entrevistada 9, curso de administração).

Esta narrativa retrata as implicações da burocracia exigida pelo pequeno agricultor. Estevam, Lazarini e Busarello (2012) observam que na região sul de Santa Catarina as principais atividades agropecuárias, que são a monocultura de fumo e arroz e a integração de frangos e suínos, não tem proporcionado boas condições de vida para os agricultores familiares. Em contraponto, as propriedades que se voltam para a maior diversificação na produção encontram grandes barreiras com a legislação e comercialização. Os autores situam o rigor, principalmente, da vigilância sanitária quanto à fiscalização que é amparada por uma legislação muito rígida no que se refere à

comercialização dos produtos coloniais¹². Frente a esta realidade, as jovens podem se sentirem desencorajadas em continuar numa atividade com grande dificuldade de viabilização, sendo o mercado urbano formal uma opção mais segura e atrativa.

A possibilidade de conseguir trabalho fora da agricultura e, ainda assim, continuar residindo no meio rural, apareceu como alternativa para algumas jovens. Em seus projetos, a escolha do curso também foi pensada considerando as opções de oferta de trabalho nas localidades próximas à propriedade dos pais.

No começo eu gostava de jornalismo, daí eu conversei com algumas pessoas, todo mundo disse assim: “Não, não adianta se tu quer ficar por aqui não é uma área boa”. E eu sou uma pessoa bastante apegada à minha família. Eu queria trabalhar por aqui, assim, não tô dizendo “ah, precisa ser no Meleiro”, mas que fosse aqui próximo, que fosse na região. Não queria sair lá pra Florianópolis, lá pro Rio Grande do Sul. Eu não gosto muito. Pode ser que algum dia dê certo, mas se eu ficar por aqui eu fico mais contente. (Entrevistada 1, curso de psicologia).

Esta narrativa também demonstra que o rural não é um espaço somente destinado àqueles que exercem uma atividade agrícola. A diminuição das fronteiras entre rural e urbano, bem como a necessidade de as pequenas cidades oferecem às suas populações acesso a serviços e estrutura. Wanderley (2009b) alerta que a maior vinculação entre os espaços urbanos e rurais não deve ser compreendida como uma crise do rural.

[...] o acesso a empregos, bens e serviços, no interior das próprias áreas rurais e nos centros urbanos, expressa a demanda, particularmente das famílias agrícolas. A este respeito, cabe considerar, de modo especial, o acesso a bens que

¹² Dorigon (2008) define como produtos coloniais aqueles que são feitos de modo tradicional no estabelecimento agrícola pelos agricultores, os “colonos”, sendo utilizados para o consumo familiar e também para comercialização, a exemplo, os derivados de carne suína, como salames, queijos, doces e geléias, conservas de hortaliças, massas, biscoitos e açúcar mascavo, dentre outros.

constituem os fundamentos indispensáveis para a própria permanência no campo, tais como moradia e a eletricidade e, no caso dos agricultores, a acesso à terra e água. (WANDERLEY, 2009b, p.77)

Nas entrevistas, as jovens mencionaram ter acesso à água, energia, internet, saúde e educação. A falta de asfalto nas ruas e a dificuldade de locomoção (transporte público de qualidade) foram os fatores apontados ao maior descontentamento neste quesito. A possibilidade de conseguirem colocação profissional próximo à propriedade dos pais, conforme a narrativa ilustrada anteriormente, pode ser considerada uma alternativa importante de reprodução social. Wanderley (2009b) inclusive considera que a oferta de empregos para os jovens fora da agricultura não configura uma crise na reprodução da agricultura familiar, pelo contrário, já que na maioria famílias não existe a possibilidade de todos os filhos serem sucessores. Uma estrutura regional que ofereça oportunidades profissionais àqueles/as que não serão sucessoras possibilita a reprodução social destas famílias sem que os jovens precisem pensar seus projetos futuros com base na mudança para localidades distantes.

As jovens também relatam os fatores positivos e negativos de traçar seu projeto profissional e de vida voltados em residir em áreas rurais e urbanas. Sobre as oportunidades de trabalho, a maioria das jovens considera que o meio urbano apresenta maiores oportunidades de colocação profissional. Também foi levantando por algumas jovens a dificuldade de deslocamento entre o local de residência e o local de estudo e trabalho.

Por questão de facilidade pra trabalho, coisa assim, eu me vejo mais no meio urbano. Não muito no meio rural, porque eu sei agora como é tu ter que trabalhar e estudar fora, em meios urbanos e tá morando no meio rural, sabe? O trabalho que tu tem de se deslocar dali, questão de horário, tem que ser muito tempo antes, tu se atrasa pra aula, porque tu pegou muito trânsito. Enfim, por estas questões, até pro trabalho, em questão de respeito com os pacientes, tudo mais, a questão de horários, eu moraria no meio urbano. (Entrevistada 4, curso de fisioterapia).

Entretanto, algumas jovens relataram gostar muito de morar no meio rural, cogitando a possibilidade de residirem em áreas rurais e trabalharem em áreas urbanas. Esta condição é possível visto que o sul catarinense possui a característica de ter os espaços rurais muito próximos das cidades maiores, com maior oferta de atividade industrial e serviços em geral.

Isso é uma coisa que hoje eu tenho bastante dúvida. Eu gosto de morar pela tranquilidade, por estar sempre perto da família, mas é ruim porque é longe de tudo né! É difícil assim, eu moro no meio de tudo, fica longe de Criciúma, fica longe da Fumaça, longe de Cocal. Então, mais pro acesso as coisas. Mas eu acho que eu ainda continuaria morando na zona rural, num lugar mais tranquilo. (Entrevistada 7, curso de engenharia civil).

As jovens também demonstraram valorizar a condição de vida no meio rural, sua cultura, costumes, apego aos laços familiares. Wanderley (2009b) aponta que, mesmo nas sociedades modernas o campesinato tendo perdido sua notoriedade, muitos países e localidades ainda funcionam tendo base a tradição camponesa. Em um modelo camponês, onde o núcleo familiar é a base do trabalho e das relações, evidencia-se a valorização deste modelo conhecido pelas jovens, conforme ilustra a narrativa a seguir:

Assim, não sei se vou ser preconceituosa agora, mas eu vejo que a família no meio rural é melhor. A gente se dá melhor, tem a tradição de se visitar mais, o pai e a mãe tem um respeito maior pelo pai e a mãe. (Entrevistada 1, curso de psicologia).

Gonçalves (2007) explica que a relação do indivíduo com a sociedade e o meio ambiente se dá também por uma dimensão vivencial e simbólica. O espaço deste modo, não se limita somente à dimensão geográfica, mas também ao modo como as pessoas se apropriam simbolicamente e subjetivamente dele. Gonçalves (2007) ainda salienta que o simbolismo do espaço associa-se ao sentimento de pertença do indivíduo, à sua apropriação e a construção de uma identidade social. “O

espaço, portanto, não é apenas o meio físico circundante, o entorno, a natureza, as distâncias, uma vez que assume uma dimensão sociocultural que o sujeito internaliza e representa” (GONÇALVES, 2007, p. 28).

Nas narrativas das jovens, pode-se perceber um apego grande pelo modo de vida no rural, pela cultura e simbolismos contidos neste espaço de vivência. O rural como um espaço de estabelecimento de relações de maior proximidade com a comunidade foi retratado na fala das jovens assim como a ideia de rural como espaço tranquilo e de qualidade de vida.

Ah é muito tumulto, é muito barulho. A gente não conhece os vizinhos, não pode pedir um café, não pode pedir um açúcar (risos). Os vizinhos não te dão bom dia, não te dão boa tarde. É muito complicado. Eu acho que eu preferia viver em condições financeiras menores, e estar de bem comigo, estar de bem com as pessoas, do que eu ter financeiramente ter dinheiro, e a minha saúde, o meu psicológico estar toda vida dependendo de remédio, coisa. Eu acho que é isso. (Entrevistada 2, curso de geografia)

Mas de positivo é estar ali naquela calma, naquela paz assim. Que eu acho assim, aquilo que faz bem fisicamente e mentalmente. Quando tu precisa, larga tudo aquilo e simplesmente senta lá na tua graminha assim, bota o pezinho na água e fica lá, e aquilo te relaxa, te faz bem. É uma terapia que tu tem em casa, digamos assim. E no meio rural o bem difícil que eu vejo, é que na cidade tu tem tudo na mão, é muito mais fácil. (Entrevistada 4, curso de fisioterapia).

Estes fatores foram trazidos como positivos de se viver no rural, ou de traçar um projeto de vida voltado para viver no rural. Nos estudos de Battestin (2009), Costa (2010), Deggerone (2013) e Santiago (2010), os jovens também demonstraram a percepção de que o rural é um lugar calmo, onde é possível um maior contato com a natureza e também onde se vive com maior qualidade de vida.

Outro ponto levantado pelas jovens é que em cidades maiores existe uma sensação maior de insegurança, maior vulnerabilidade à violência.

Ah! O primeiro de tudo é a violência. (risos) Apesar de Criciúma não ser enorme, mas a gente compara muito. Aqui eu vivo muito fechado, lá, por exemplo, a gente não tem nem portão na nossa casa. É super aberta, apesar de ser na beira da BR, quer dizer, é tudo muito tranquilo, a gente conhece todo mundo. Lógico né! Sempre tem alguma coisa que acontece, mas tipo o que acontece aqui direto, de se cuidar, tipo eu vou embora à noite, sempre tenho medo. (Entrevistada 5, curso de letras).

As relações mais próximas com vizinhos e a comunidade foi um ponto levantado em diversas entrevistas. As jovens mencionaram que na cidade as relações interpessoais são mais distantes, causando uma sensação maior de individualismo e isolamento, fato que segundo elas, é diferente no rural, onde todos se conhecem e onde existe uma noção maior de coletividade. Sob este aspecto Wanderley (2009a) retoma a ideia de Jollivet e Mendras (1971) de sociedades de interconhecimento, caracterizada por uma coletividade e intensa atividade social.

Eu acho assim, no rural as pessoas se conhecem mais, elas são mais solidárias. Quando precisa de alguma coisa, é assim ó, até foi um ponto que a gente estava conversando numa aula de criminologia, uma vez a gente saiu, a minha vizinha foi lá e recolheu a nossa roupa, porque estava chovendo. Eu acho que o urbano, na cidade, não teria isso, as pessoas é basicamente um bom dia, um cumprimento mesmo. E deixa eu ver mais o que, ah! A questão de violência, a gente vê pouca coisa lá onde moro, poucas coisas. (Entrevistada 12, curso de direito)

O estranhamento das jovens sobre a falta de sociabilidade no urbano denota uma diferença cultural entre os diferentes espaços, que geograficamente nem poderiam ser ditos como tão distantes.

Também foi evidenciada a ideia que se tem de quem estuda não é para ficar na agricultura.

Muitos me perguntam assim: “Pra que tu estudando se tu quer ficar lá?”, sabe! Coisas desse tipo, eu ignoro, porque cada um tem um projeto de vida, então, o meu projeto de vida é ficar lá, mesmo que eu sei que eu não vou ganhar tudo o que eu poderia. Talvez, seria assim mais isso sabe. Os jovens, a maioria não fica na roça né. São casos bem raros. Ninguém mais quer ficar. (Entrevistada 8, curso de ciências contábeis).

As condições atuais têm apontado para novas possibilidades de sucessão e arranjos no rural. Alguns dos estudos analisados demonstraram que poderão ser encontrados agricultores mais especializados, cursando ensino superior, o que desconstrói a ideia de que só fica na agricultura quem não estuda.

Quanto às opções de lazer no meio rural, grande parte das jovens demonstraram não sentir falta do lazer urbano, como shoppings, por exemplo. Devido às propriedades de residência serem próximas a centros maiores, é comum as jovens se deslocarem quando tem interesse em desfrutar de algum atrativo ou evento diferente das comunidades. As jovens mencionaram como opções de lazer no rural jogos, como o futebol e voley, campeonatos entre as comunidades, eventos religiosos e também trilhas ecológicas, banho de rio e cachoeira, pescar, andar a cavalo. Uma das jovens também mencionou que observa que na localidade onde mora existe um forte contato social; “Eu vejo que ainda tem muita conversa, muito diálogo entre os jovens. Apesar da internet já estar separando muito” (E8). Apesar de o acesso aos meios de comunicação ser um fator importante para o acesso à informação e lazer, esta jovem explicita um sentimento de valorização das relações mais próximas de diálogo, características da cultura campesina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao intuito desta pesquisa que foi analisar a relação projeto profissional de jovens universitárias, filhas de agricultores familiares, com a reprodução da agricultura familiar em municípios do extremo sul catarinense, pode-se verificar que a reprodução via sucessão hereditária das filhas não é um dado para esta região. A maioria das jovens pesquisadas não demonstrou interesse em continuar trabalhando na propriedade familiar. Grande parte das famílias entrevistadas não possui um planejamento claro quanto à sucessão da propriedade. Foi percebido que nas propriedades onde existem filhos homens, há preferência de que eles sejam os sucessores.

As duas jovens que demonstraram interesse em gerenciar a propriedade no futuro foram aquelas com maior integração às atividades da propriedade. Esta ligação refletiu diretamente em seus projetos profissionais, sendo que uma delas escolheu o curso de ciências biológicas, visto a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na propriedade e a outra, apesar de cursar letras, fez um técnico agrícola que ofereceu conhecimentos que poderão ser utilizados futuramente na propriedade, conforme seu relato.

A agricultura familiar na região sul catarinense possui características peculiares, onde as propriedades são compostas por pequenas extensões de terra e produção diversificada. Em algumas propriedades das famílias das entrevistadas a produção se direciona a monocultura de arroz e fumo, e pela diversificação de itens para subsistência familiar. A característica da lavoura de arroz é a baixa necessidade de mão de obra devido ao alto grau de tecnificação, deste modo, as jovens são automaticamente excluídas desta atividade. No caso da lavoura de fumo, duas propriedades estão passando pelo processo de transição desta cultura, devido às dificuldades de atender à burocracia exigida pelas grandes fumageiras que absorvem a produção; no relato das entrevistadas, esta dificuldade foi mencionada como um fator desmotivador para continuar na agricultura.

Os fatores econômicos não são os decisivos no momento da escolha do projeto das jovens, a pesquisa de campo demonstrou que muitas delas acreditam que a agricultura é uma atividade com bom retorno financeiro, e possui muitos pontos positivos, como a autonomia sobre o que e como produzir, gerenciamento dos lucros, flexibilidade no horário de trabalho. Já a penosidade do trabalho e desvalorização social

ligada à exclusão das mulheres das atividades produtivas na agricultura, baixo reconhecimento das atividades realizadas por elas, pouca participação nos processos decisórios da propriedade se mostraram fatores importantes para as jovens não se interessarem em almejar o futuro profissional como agricultoras. É forte a ideia de que o trabalho da mulher na agricultura é considerado apenas como ajuda. Em muitos dos relatos, o trabalho produtivo apareceu como sendo próprio ao homem e o trabalho reprodutivo, à mulher. A desvalorização do trabalho feminino na agricultura é de extrema relevância, pois apesar de as mulheres realizarem diversas atividades de manutenção da propriedade, ou participarem do trabalho na lavoura com os maridos, ele aparece em segundo plano. A falta de reconhecimento da identidade das mães enquanto trabalhadora rural pode ter servido como um desmotivador, pois o ficar no rural, é ficar como “ajudante” do marido. A busca de uma identidade profissional no mercado formal por meio de um curso superior pode ser entendida como um modo de romper com o estilo de vida da mãe e ir em busca de um lugar diferente, com mais reconhecimento social, econômico e de exercício da autonomia.

As políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior tiveram um papel central na problemática estudada. A possibilidade de dar continuidade aos estudos é uma realidade recente que se coloca nas alternativas de futuro para as filhas de agricultores. Se em tempos atrás seu futuro estava condicionado ao casamento, ou à vida religiosa; mais recentemente, à colocação profissional em trabalhos precarizados, hoje, pelo acesso ao ensino superior, as moças tem a possibilidade de almejar um futuro melhor. Percebe-se também que, devido às políticas de incentivo ao acesso e permanência na escola, os/as jovens têm encontrado condições diferenciadas em relação às gerações de seus pais e avós. O estímulo dos pais para que os/as filhos/as estudem pode ser um movimento que impulse os/as jovens desfrutar das oportunidades que as gerações anteriores não tiveram.

Em uma região em que a disponibilidade de vagas em universidades públicas não atende à demanda de alunos/as ingressantes no Ensino Superior, as bolsas e incentivos são fundamentais, pois contemplam uma parcela de estudantes que irão ingressar futuramente no mercado de trabalho com melhor qualificação. Considera-se, além das bolsas, financiamentos e programas, uma ação conjunta entre algumas prefeituras da região que disponibilizam ônibus gratuitos para o deslocamento de estudantes e a universidade que dispõe de um amplo estacionamento que já se prepara para recebê-los/as todos os dias. Visto as bolsas de acesso, existe uma estrutura física e por meio de programas

de atividades complementares que oferecem remuneração e que propicia a permanência das estudantes no Ensino Superior.

Posto isso, a ideia sustentada no modelo capitalista, de que o indivíduo é totalmente livre para vender sua força de trabalho e escolher a profissão que esteja em maior consonância com suas habilidades pessoais não se sustenta. Os projetos das jovens se delimitaram dentro de um campo complexo de condições que foram dadas pela conjuntura familiar, regional e por políticas públicas que oferecem a possibilidade de continuarem os estudos.

As universidades comunitárias, como a instituição em que foi realizada esta pesquisa, tem o compromisso com o desenvolvimento regional como dos norteadores. A UNESCO tem um papel importante na região, pois devido aos diversos incentivos que oferece aos estudantes, o ingresso e a permanência no Ensino Superior são facilitados, o que contribui na formação de profissionais que irão atuar nas empresas e instituições da região. Entretanto, cabe mencionar e refletir que a UNESCO não possui cursos voltados para profissões que atuem no contexto rural, nem disciplinas que atentem às suas peculiaridades, mesmo atendendo a uma região com forte atividade agropecuária.

A busca pela valorização social do trabalho se associa ao intuito de as jovens escolherem uma profissão com maior prestígio. Numa sociedade que exige crescentemente uma maior qualificação profissional, aqueles trabalhos que não dependem de um conhecimento institucionalizado, acadêmico, são pouco valorizados financeiramente e socialmente. A ideia de que o rural é um lugar de atraso e que aqueles que estudam não ficam no rural ajudam a endossar a ideia de desvalorização.

Conforme observado, as mulheres representam a maioria das matrículas no Ensino Superior, porém, ainda trata-se de uma parcela pequena que acessa esta modalidade de ensino; um grande contingente ainda não consegue concluir os estudos e ocupam postos de trabalho precarizados. As que ingressam, igualmente, concentram-se nos cursos ditos femininos, e enfrentarão futuramente a desvalorização salarial e social de algumas profissões, a citar, as licenciaturas. Já as que escolhem profissões consideradas masculinas, o desafio encontra-se também em legitimar o seu lugar nos postos de trabalho onde o trabalho da mulher causa estranhamento. No caso das entrevistadas, considera-se que mesmo o Ensino Superior e a construção de uma identidade profissional serem mecanismos importantes para situá-las em uma condição diferente da que vivenciam na agricultura familiar, ao

ingressarem no mercado de trabalho formal, ainda estarão à mercê da sua condição de gênero.

Por fim, entende-se que por mais que a reprodução social na agricultura na região sul de Santa Catarina não esteja diretamente relacionada à sucessão das jovens na propriedade, novos arranjos sociais poderão se delinear futuramente. As novas gerações de mulheres poderão encontrar um espaço diferente na agricultura familiar, mesmo não trabalhando diretamente na terra, poderão contribuir com a reprodução deste modo de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Juventude, Juventudes**: o que une e o que separa, Brasília, UNESCO, 2006.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY. et. al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, p. 157-181.

ALMEIDA, Maria Elisa Grijó Guahyba de; MAGALHAES, Andrea Seixas. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo , v. 12, n. 2, dez. 2011 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902011000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2015.

ANJOS, Flavio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.1, p.661-694, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v40n2/a469cr2481.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8.ed Campinas, SP: Cortez, 2002.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editorial, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BATTESTIN, Simone. **Ser jovem e ser agricultor**: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. 2009. 218p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Extensão Rural, UFV, Viçosa, 2010. Disponível em: <
http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2278 >. Acesso em: 04 dez. 2014.

BITENCOURT, João Batista. **UNESC**: a trajetória de uma universidade comunitária. Criciúma, SC: Ed. UNESC, 2011. 188 p.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe Sobre O Estatuto da Criança e do Adolescente e dá Outras Providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>. Acesso em: 12 set. 2014

_____. Ministério da Educação. **Universidades Comunitárias: pioneiras na democratização do acesso à educação superior com compromisso social, inovação e qualidade**. Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/comung_acafe.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2015.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2013

_____. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996, p. 39-59.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Nera**, Presidente Prudente, v. 12, n. 11, p.6-17, Não é um mês valido! 2008. Disponível em:

<<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2002. 188 p.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28p. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2009.

CAPPELIN, Paola. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo? **Revista Gênero**, Niterói, 9 (1), 89-126, 2008.

Disponível em:

<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/97/73>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

CARELLI, Rodrigo Lacerda. **Formas atípicas de trabalho**. São Paulo: LTR, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W. et al (Org.). **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 fev. 2015.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (Org.). Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 245-275.

CORADINI, Lucas. **Projetos Profissionais e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar**. 2011. 117p. Dissertação (Mestrado). Curso de Sociologia. UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61736/000865797.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

COSTA, Adriana Maria da Silva. **Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura familiar**: um estudo sobre o Oeste Catarinense. 2010. 180p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Extensão Rural, UFV, Viçosa, 2010. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/14/TDE-2010-08-16T143405Z2568/Publico/texto completo.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.

COSTA, Maria Regina Caetano. **Agricultura Familiar e Sucessão Hereditária**: Estudo de Caso no município de Morro Redondo, RS. 2006. 108p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, UFPEL, Pelotas, 2006.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai**, Rio Grande do Sul. 2013. 156 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES, Lajeado, 2013. Disponível em:

<<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/487/1/2013ZenicleiaAngelaDeggerone.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: Sociedade do conhecimento ou Economia do Conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas. In: MANDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Teresa (Org.). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa.** Salvador: Edufes, 2009. 368 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3w52w/12>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

DORIGON, Clóvis. Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção. Anais do IV ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo Novos Rumos da Sociedade de Consumo? Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2008-Clovis_Dorigon.pdf>. Acesso em 13 dez. 2015.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. **Juventude Rural, produtos coloniais e pluriatividade.** Chapecó: Argos, 2013. 95 p.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 215 p.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: Formação com base na Pedagogia da alternância.** Florianópolis: Insular. 2012.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; LAZARINI, Joelcy José Sá; BUSARELLO, Realdino José Sá. Cooperativas Virtuais e o difícil caminho da legalidade: o caso dos agricultores familiares da Região Sul do Estado de Santa Catarina. **Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais.** Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/encontros-rede/>>. Acesso em: 01 dez 2015.

ESTEVEES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (org). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO 2007.

FROEHLICH, José Marcos et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, Sept. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782011000900030&lng=en&nrm=iso>. Acesso: em 13 dez. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas. 2009.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2007. 204p.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. As categorias sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, v. 24, p. 155-179, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2014.

IANNI, Octávio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 7, junho 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf> Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. **Contagem da população 2012a**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2012b**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais 2013**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf> Acesso em: 11 fev. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2001 - 2013**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 02 set. 2014

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. **Comunicados do IPEA**, Brasília, DF, n. 149, 23 mai. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2015

JOSÉ NETO, Joaquim. **Jovens da agricultura familiar de Rubiataba-GO: processos educativos e perspectivas de reprodução social**. 2011. 206 p. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, PUC - Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1268>. Acesso em: 04 dez. 2014.

MACHADO, Ana Maria Netto. Universidades Comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHIMIDT, João Pedro. **Instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: EDIUNISC, 2009. p. 69-87.

MACONDES, Mariana, M. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho

(p.31 a 64). In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.).

Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações.

Brasília: Editorial Abaré, 2013. Disponível em:

<[http://www.redetis.iipe.unesco.org/wp-](http://www.redetis.iipe.unesco.org/wp-content/uploads/2014/04/trabalhadoras.pdf)

[content/uploads/2014/04/trabalhadoras.pdf](http://www.redetis.iipe.unesco.org/wp-content/uploads/2014/04/trabalhadoras.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 18. ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2.v

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977. 138 p.

MENDES, Virzângela Paula Sandy. **Os projetos de vida da juventude do Perímetro Curu-Paraipaba: entre o sonho e a realidade**. 2011.

175p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em:

<<http://www.uece.br/politicassuece/dmdocuments/virzangela.pdf>>.

Acesso em: 04 dez. 2014.

MIOR, Luiz Carlos, et al.. Inovações organizacionais da agricultura familiar no sul catarinense. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira e MIOR, Luiz Carlos (org). **Inovações na Agricultura Familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Insular, 2014.

NOGUEIRA, Conceição. Questões de género na orientação vocacional. (Re)construir novos discursos da prática. IN: AAVV

(org.). **Reconstruir os Nossos Olhares**. Coimbra, ME – DREC, p. 19-36. 2001. Disponível em:

<<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4128/1/capitulo%20quest%C3%B5es%20de%20genero%20na%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20vocacional.pdf>>. Acesso em: 20 set 2015.

OLIVEIRA, Talita Santos de. Inserção das mulheres na construção: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013. Disponível em: <<http://www.redetis.iipe.unesco.org/wp-content/uploads/2014/04/trabalhadoras.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014. p.137-155.

PANDOLFO, Graziela Castro. **Escola e família: a socialização dos jovens agricultores familiares**. 2013. 123p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81363/000902135.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. “O peso do trabalho leve”. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, 1, 229-252, 2004. In: BRUMER, Anita; PAULILO, Maria I.S. Dossiê As agriculturas do sul do Brasil. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. 1,p.171-330. abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 set 2014.

PIMENTA, Luiz Fernando de Mattos. O projeto territorial em São João da Aliança e a reprodução social dos jovens do assentamento Santa Maria. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8088/3/Dissertacao%2520Pimenta.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2014.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p. 43-94.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4. ed Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 257 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2.ed Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Mulher e Capitalismo. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Parte 1, p.51-107.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Dez. 2015.

SANTA CATARINA. **Programa Estadual de Competitividade da Agricultura Familiar** – Santa Catarina Rural – Microbacias 3 – Avaliação Ambiental. Florianópolis, 2010. Disponível em:
<http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Doc-Avaliacao-Ambiental-SC-Rural_Final_25-janeiro.pdf> Acesso em: 05 ago. 2014.

_____. Lei complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005. Regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e estabelece outras providências. Disponível em:
<http://www.unifebe.edu.br/site/docs/arquivos/soae/documentos/Anexo_2_Lei_Complementar_Estadual_281_05.pdf>. Acesso em 20 dez. 2015.

SANTIAGO, Maria Helena Furtado. **A sucessão em unidades produtoras de leite de base familiar na Zona da Mata Mineira**. 2010. 123p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Extensão Rural, UFV, Viçosa, 2010. Disponível em:

<http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3172>. Acesso em: 04 dez. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e emancipatória da universidade.** IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, Diana Anunciação. **Da migração a permanência: o projeto pedagógico da Escola Família Agrícola do Sertão como fator de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família camponesa nordestina.** 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/342013124925.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

SCARBELOT, Maristela. **Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel dos atores locais em Nova Veneza, SC.** Dissertação de Mestrado, 201p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61926/000866893.pdf?sequence=1>>. Acesso em 17 out. 2014.

SCHMIDT, Vanice Dolores Bazzo. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão Social. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2003. p.265-307.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2014.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, p. 15-33.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Cartilha: Políticas Públicas de Juventude**, 2013. Disponível em: http://issuu.com/participatorio/docs/cartilha_pol_ticas_p_blicas_de_ju/1?e=12152407/10585345. Acesso em: 04 fev. 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Tiago Moraes. **Dinâmicas demográficas e ocupacionais e a reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso no município de Praia Grande – SC**. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40233/000821220.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 ago. 2015.

SOUZA, Júlio César Mendes de. **Tradição e modernidade no processo sucessório entre produtores de leite em dois municípios rurais de Minas Gerais**. 2012. 118p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Extensão Rural, UFV, Viçosa, 2012. Disponível em: <http://alexandria.cpd.ufv.br:8000/teses/extensao%20rural/2012/249619f.pdf> >. Acesso em: 04 dez. 2014.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 dez. 2014.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e Rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 121-135.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, p. 183-207.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora. 2014.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

SZAPIRO, Ana Maria; RESENDE, Camila Miranda de Amorim. Juventude: etapa da vida ou estilo de vida?. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2014.

THOME, Luciana Dutra; TELMO, Alice Queiroz; KOLLER, Silvia Helena. Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 175-185, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Dez. 2015.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. **Balanco social (2010-2014)**. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documento/s/listar/6/2>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

_____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out.2003. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 11 dez 2015.

_____. **Mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009a.

_____. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, p.60-85, 2009b.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.p.21-34.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: Um estudo de caso no bairro Escadinha, Feliz / RS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4585/000502487.pdf?sequence=1>>. Acesso em 25 nov. 2014.

WEISHEIMER. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2009/42001013012P7/TES.PDF>>. Acesso em 25 nov. 2014.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) **Trabalhadoras**: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013. Disponível em: <<http://www.redetis.iipe.unesco.org/wp-content/uploads/2014/04/trabalhadoras.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

BLOCO I – Caracterização

- 1) Idade:
- 2) Sexo.
- 3) Estado civil.
- 4) Com quem reside?
- 5) Município de residência.

BLOCO II – Divisão do trabalho no estabelecimento familiar

- 6) Área total da propriedade (em hectares).
- 7) Atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no estabelecimento familiar.
- 8) Ajuda nas atividades agrícolas? Quais atividades realiza? Desde que idade?
- 9) Realiza alguma atividade remunerada fora da propriedade agrícola? Qual?
- 10) Como, quem e de que forma são tomadas as decisões em relação ao que produzir?
- 11) Divisão das atividades entre os membros da família.
- 12) Quais são as tecnologias utilizadas na produção?
- 13) Renda mensal/anual do estabelecimento familiar.

BLOCO III – Processo sucessório

- 14) Na sua família já foi conversado sobre sucessão? Há alguma expectativa de você herdar a propriedade?
- 15) Existe um planejamento sucessório familiar?
- 16) A família tem sucessores/as?
- 17) Como você vê o futuro da propriedade produtiva familiar?

BLOCO IV – Projeto Profissional

- 18) Qual o seu curso?
- 19) Em que fase você está?
- 20) Estuda com o auxílio de algum tipo de bolsa? Qual?
- 21) Quais os critérios influenciaram na escolha do seu curso?
- 22) Sua família teve algum tipo de influência no processo de escolha?

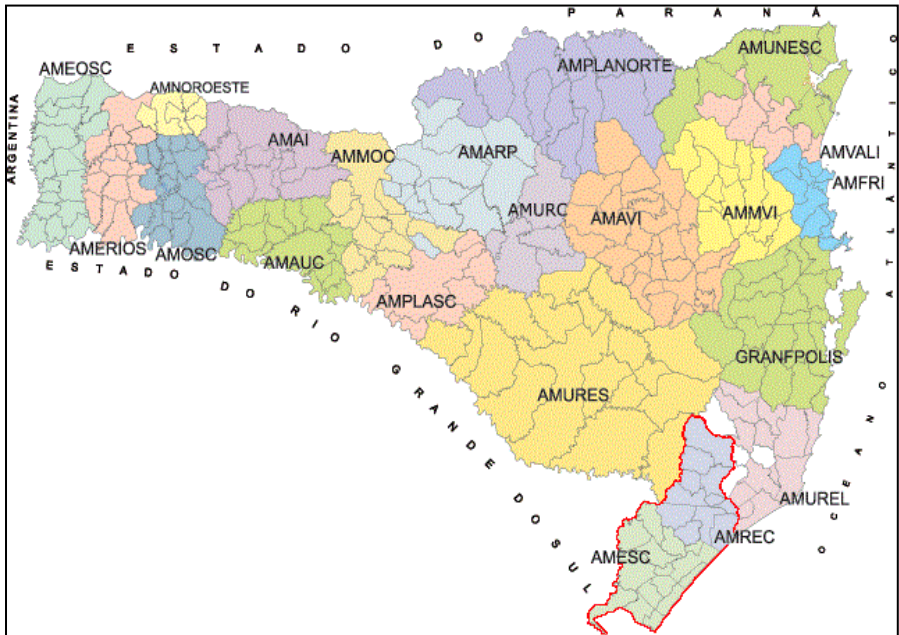
- 23) Considera que os conhecimentos adquiridos no curso podem contribuir com a Agricultura Familiar?
- 24) O que você espera profissionalmente após o término do curso? Tem perspectivas de colocação profissional? Onde?
- 25) O que você considera um trabalho valorizado?
- 26) Observa oportunidades de trabalho no meio rural? E no meio urbano?
- 27) No futuro, pretende morar no meio urbano ou no meio rural? Por que?
- 28) Há possibilidade de estabelecer-se como produtora familiar?
- 29) Quais as vantagens e desvantagens que você percebe na profissão de agricultora?
- 30) Considera que sua formação pode contribuir futuramente com a propriedade agrícola familiar?

BLOCO V – Modo de vida no meio rural

- 31) Quais os atrativos para uma jovem viver no meio rural?
- 32) Quais atividades de lazer disponíveis no meio rural?
- 33) Como você avalia o acesso a estrutura/serviços no meio rural?
- 34) Como é o diálogo com sua família?
- 35) O que você acha do modo de vida dos seus pais? Teria o mesmo estilo de vida?
- 36) Você se relaciona ou se relacionaria com um jovem do meio rural?
- 37) Quais fatores (positivos e negativos) considera ter interferência na escolha de viver no meio rural?
- 38) Quais fatores (positivos e negativos) considera ter interferência na escolha de viver no meio urbano?

ANEXO

ANEXO A – MAPA AMREC E AMESC



Fonte: Adaptado de <http://guia.fecam.org.br/associacoes/index.php>